

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO  
HUMANA – IPSSSCH  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA CARVALHO MARQUES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À ACOLHIDA COLETIVA  
EM UM CRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS:  
A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À INFORMAÇÃO  
PARA GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS.**

Porto Alegre, 2024.

FERNANDA CARVALHO MARQUES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À ACOLHIDA COLETIVA  
EM UM CRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS:  
A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À INFORMAÇÃO  
PARA GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em  
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Martinelli.

Porto Alegre, 2024.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2. SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO NA ACOLHIDA COLETIVA ....</b>	<b>11</b>
<b>3. A DIMENSÃO SOCIOPEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL EM POTENCIA(AÇÃO) .....</b>	<b>35</b>
<b>4. POTÊNCIA E FLORESCIMENTO: diálogos entre a questão étnico-racial e a questão social no Serviço Social .....</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## AGRADECIMENTOS

A conclusão do presente trabalho não representa somente o meu esforço pessoal, mas manifesta também as contribuições de diferentes pessoas que chegaram antes de mim e caminharam ao meu lado, dedicando-se, a partir de diferentes condições, a construção de uma realidade social mais justa e democrática. São pessoas inspiradoras que acreditaram e acreditam no poder transformador da educação, como os meus pais, Julião Tadeu (*in memoriam*) e minha mãe Enara Beatriz. Agradeço a vocês por serem fonte de amor e coragem, exemplos de luta e honestidade, ensinando-me a lutar pelos meus sonhos e ocupar os espaços que eu quiser. Afinal “o sol nasceu e nasce para todos/as”. Esta frase era dita por meu Pai com frequência. Eu amo vocês! Agradeço a Aline Soares e a Maiara Cagliari pela amizade, respeito e possibilidade de nos tornarmos família a cada experiência que compartilhamos. Vocês são preciosas! São presentes que o curso de Serviço Social da UFRGS me deu. Colocaram-se em muitos momentos, à frente e ao meu lado na busca de garantir o debate da luta antirracista em nossa formação, acreditando em nosso potencial de construção coletiva. Agradeço as minhas eternas supervisoras, as assistentes sociais Ana Elizabeth Germano e Maristela Costa de Oliveira pelos aprendizados e incentivo a perseverar na formação, com qualidade, buscando fazer o meu melhor e acreditando em mim, ao compartilharem suas experiências, conhecimento e orientações. Agradeço a Professora Loiva de Oliveira e ao Coleitvo Aya pela nossa convivência e possibilidade de trocas que muito me fortaleceram e ensinaram sobre a importância de cada vez mais aprofundarmos o conhecimento do Serviço Social sobre raça/etnia e gênero de modo implicado aos valores e princípios que regem o Projeto Ético-Político da profissão. Admiro você! Agradeço a Professora Alzira Baptista Lewgoy pela sua presença marcante em minha trajetória de formação, sendo a primeira professora que tive aula na graduação de Serviço Social da UFRGS. Tê-la em minha banca traduz o meu sentimento de respeito, admiração e carinho pelas nossas trocas, ao longo desses anos. Agradeço a assistente social Dinah Castro por ter aceitado participar da minha banca, trazendo importantes contribuições a partir de sua experiência e leitura cuidadosa e ao Professor e orientador Tiago Martinelli por ter aceitado me orientar e compreender os meus processos, acreditando no meu potencial e possibilidade de realizarmos este trabalho que expressa nossas trocas, construções e crescimento acadêmico-profissional e pessoal, estendendo-me a mão nos momentos desafiadores e somando nos felizes. O meu obrigada a todos e todas vocês de coração!

## RESUMO

Com a intenção de aprofundar e avançar no debate sobre as contribuições do Serviço Social, no acesso à informação aos direitos sociais e na elaboração e execução da acolhida coletiva, no âmbito da proteção básica da Política de Assistência Social, este trabalho busca desenvolver uma revisão bibliográfica e documental, bem como a análise e interpretação das informações obtidas sob referência do método materialista histórico e dialético ligada à perspectiva marxista. A intenção de estudar este tema emergiu da experiência de estágio curricular entre os anos de 2022 e 2023. Cabe elucidar a dimensão sociopedagógica, enquanto interessante achado da experiência do estágio curricular. Esta concepção nasceu da percepção e diálogo entre o trabalho do/a assistente social, considerando as suas contribuições na articulação das três dimensões essenciais da profissão, sobretudo, na dimensão teórico-metodológica, e a aproximação com a pedagogia crítica de Paulo Freire. Nele, foi possível aprofundar a compreensão acerca da centralidade da questão social entre o trabalho do/a assistente social e a realidade, com destaque as categorias pobreza, exclusão e subalternidade, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de condição de classe e de outras condições de desigualdade, como gênero e raça/etnia.

Palavras-chave: Acolhida Coletiva, Dimensão Sociopedagógica do Serviço Social, Questão étnico-racial e Direitos Sociais

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso nasceu do ensejo de reconhecer as contribuições do trabalho de assistentes sociais no desenvolvimento de acolhidas coletivas, em espaços sócio-ocupacionais inseridos na proteção social básica da Política de Assistência Social.

A intenção de estudar este tema emergiu da experiência de estágio curricular em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado em município da região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul (RS) entre junho de 2022 e março de 2023. Esta vivência oportunizou-me conhecer mais profundamente a Política de Assistência Social, ao elaborar, executar e avaliar o projeto de intervenção no campo profissional do Serviço Social, percebendo a importância do acesso à informação para garantia e defesa dos direitos sociais.

Este processo teve origem no interesse coletivo, pois as técnicas sociais do serviço propuseram o trabalho com este tema na intervenção. A partir dessa motivação, busquei apreender os desafios, as necessidades e potências do espaço sócio-ocupacional em diálogo com as percepções e demandas das trabalhadoras. As reuniões semanais da equipe técnica do CRAS constituíram-se como valioso espaço de construção de conhecimento para perceber com mais profundidade os desafios enfrentados cotidianamente pelo serviço, a partir da visão das trabalhadoras, procurando identificar e fortalecer ações voltadas à resistência frente às desigualdades peculiares ao sistema capitalista.

Visando o cuidado ético das informações aqui analisadas, escolhi não identificar o campo de estágio, bem como as trabalhadoras e usuários/as que por ventura forem citados ao longo do trabalho. O foco da reflexão encontra-se no conteúdo das falas e experiências. Além disso, pelo fato da equipe técnica ser constituída por profissionais do gênero feminino, optou-se pela inflexão de gênero.

Imediatividade, culpabilização dos/as usuários/as na busca de garantir e ampliar direitos, desconhecimento dos mesmos, assistencialismo e dificuldade de acesso à informação e mobilização foram alguns dos elementos recorrentes que permeavam as discussões nas reuniões técnicas e que causavam insatisfação nas trabalhadoras. Identificavam que a discussão qualitativa e profunda dessas questões ganharia mais

fôlego e potência se realizadas coletivamente, visando a troca de saberes e de experiências. Como meio de valorização dos princípios democráticos, buscavam promover uma relação diferente entre usuários/as, serviço e trabalhadoras, ao fortalecer o entendimento da importância das políticas sociais e de sua natureza pública, para o conhecimento e acesso aos direitos sociais.

Por conseguinte, é pertinente salientar que o Serviço Social é uma profissão que tem princípios éticos fundamentados nos ideais democráticos ao fazer a defesa da/o

**III.** ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; **IV.** do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente construída; **VIII.** opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; **X.** compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (Brasil, 1993, p. 23-24)

Podemos notar que o Código de Ética dos/as assistentes sociais vigente posiciona-se e orienta o combate às opressões de classe, etnia e gênero, a partir de um projeto profissional comprometido e atento a essa luta, através de estratégias e ações construídas em nosso cotidiano de trabalho coletivamente. Nesse sentido, busquei explorar uma verificação empírica percebida, a partir do cotidiano do espaço sócio-ocupacional onde foi realizado o estágio curricular. Esta verificação empírica refere-se a baixa procura/frequência de pessoas e famílias negras pelo/no CRAS. Como mulher negra, essa observação permeou a vivência do estágio. Mas, naquele momento, não foi possível explorá-la com profundidade em função dos tensionamentos que existiam no serviço, além de ser a única pessoa negra trabalhadora no equipamento na maior parte do tempo do estágio.

Abordar essa verificação empírica e, ao mesmo tempo epidérmica, teve a intenção de ressaltar a pertinência da categoria apropriar-se e aprofundar o seu conhecimento acerca do debate da questão étnico-racial de modo implicado a luta antirracista para além do discurso e legislações, aberta e com condições de construir uma prática profissional imbuída dessa perspectiva. A minha intenção não foi entrar na seara do debate da representatividade, mas salientar a importância de promovermos a “mudança das relações que temos entre nós” e levantar o questionamento: os espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos/as, enquanto assistentes sociais, estão

preparados para acolher e atender as pessoas negras? Como o nosso trabalho dialoga e incorpora a educação antirracista?<sup>1</sup>

Sublinhar as sutilezas do racismo institucional procurou trazer à tona naturalizações, invisibilidades e dificuldade de auto-análise, no sentido de pensar privilégios e relações de poder, nas tramas das relações sociais. Esse debate é abarcado e aprofundado nas produções sobre branquitude, com destaque a Bento (2002). Refletir sobre o racismo para além da dimensão individual nos possibilita a apreensão dos privilégios e dinâmicas de poder no âmbito da estrutura das relações sem deixar de perceber as nossas atitudes racistas.

No entanto, é importante destacar que o racismo no Brasil possui uma especificidade, operando, comumente, mas não exclusivamente, de forma velada devido a essa **naturalização da discriminação** que acompanha as relações sociais mais cotidianas e contribuem para esse silêncio. Essa característica faz com que o próprio racista não se reconheça como tal, e com isso leva a uma distorção de seus atos, justificando-os como um mal entendido, uma piada ou uma brincadeira de mau gosto. [grifos dos autores]. (Cartilha “SUAS sem Racismo”, 2018, p. 04)

A realidade brasileira apresenta relações sociais que tem por base a desigualdade racial que abarca relações de inferioridade e superioridade. Essa dinâmica favorece e subsidia a manutenção do sistema capitalista, sendo necessária para justificar a exploração econômica dos sujeitos a partir de uma perspectiva racial, as quais expressam infinitas formas de como os sujeitos se subjetivam e são subjetivados no racismo. Schucmam (2014) ressalta que

[...] desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista; e, assim, os estudos sobre brancos indicam que o ideal de igualdade racial em que os brasileiros são socializados opera para manter e legitimar as desigualdades raciais. (Schucmam, 2014, p.84)

Em 2018, o Ministério de Desenvolvimento Social produziu a Cartilha “SUAS Sem Racismo – promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social” com intuito de promover e fortalecer o debate da questão étnico-racial e do racismo no SUAS, salientando a importância dos/as profissionais buscarem conhecimento e refletirem sobre as suas práticas profissionais abarcando o combate ao racismo. Acerca do contexto brasileiro, o conteúdo da Cartilha referida reconhece que

---

<sup>1</sup> Estas reflexões encontraram inspiração no debate tecido pelo professor, advogado e filósofo Silvio Almeida, quando entrevistado, no programa “Saia Justa” do Canal do GNT, em 28/10/2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=306186521031501> – acessado em 25/02/2024

o racismo no Brasil é um problema que perdura até os dias atuais e está fundamentado nas bases do colonialismo, da escravidão, das teorias de mestiçagem e do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento e da exclusão social. O racismo se estrutura e se atualiza por meio dos múltiplos elementos que compõem a sociedade, a partir de mecanismos que se reinventam na perversidade do capitalismo que, por sua vez, regula e perpetua a desigualdade e a discriminação pela via da negação de direitos e do acesso à igualdade de oportunidades. (Cartilha “SUAS sem Racismo”, 2018, p. 04)

Estas reflexões reforçam os dados divulgados pela 4ª edição da publicação “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2011. A respeito da Política de Assistência Social, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativa aos anos de 2004 e 2006, destacam que não houve alterações em relação aos dados encontrados no ano de 2011, permanece “[...] o fato de a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais serem chefiados por negros/as.” (Ipea, 2011, p. 25)

A 4ª edição dos Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça publicou que, “[...] em 2006, 70% (setenta por cento) dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as.” Apesar do espaço de tempo, salientou a importância de emprendermos análises acerca do perfil do público que consegue acessar a Assistência Social e aquele que não é atendido em sua totalidade, constituindo a demanda reprimida. (Ipea, 2011, p. 25)

De qualquer forma, a publicação referida, conclui que

[...] tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas. (Ipea, 2011, p. 25)

As reflexões apresentadas nasceram da motivação de empreender análise dialético-crítica sobre as singularidades que permearam a experiência do estágio curricular, em sintonia, com a dimensão de totalidade da realidade social. O propósito foi perceber a particularidade do tempo histórico atual, considerando os seus ciclos. Sobre análise de realidade, Prates (2003) destaca

[...] falar em análise de realidade como primeiro, constante e contínuo movimento significa interpretá-la a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a

realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo. (Prates, 2003, p. 02)

Analisar o debate apresentado assinala a fragilidade e a potência em florescimento do que precisamos avançar enquanto categoria profissional implicada a contribuir na construção de uma realidade radicalmente diferente da ordem capitalista. Conhecer as produções do Serviço Social sobre o acesso à informação e a sua relevância enquanto um direito da população, funciona como mecanismo significativo de viabilidade aos serviços e políticas sociais públicas. Quando potencializado na acolhida coletiva, constitui-se em uma relevante mediação do trabalho profissional e da dimensão sociopedagógica das intervenções.

Considerando este horizonte, o presente trabalho percebe a acolhida coletiva como espaço de conhecimento das contribuições da produção de conhecimento do Serviço Social, com relação ao trabalho dos/as assistentes sociais na proteção básica do SUAS. Está voltado à reflexão dos desafios e das necessidades sociais, no esforço de empreender o debate coletivo em prol da garantia e defesa dos direitos sociais, fortalecendo a vivência democrática como possibilidade de construção de uma realidade distinta da projetada pela ordem capitalista.

O presente trabalho está organizado a partir de três capítulos. **O capítulo “Serviço Social em Movimento na Acolhida Coletiva”** busca contextualizar os movimentos e contribuições do Serviço Social junto à acolhida coletiva no âmbito da proteção básica da Política de Assistência Social, salientando a relevância desta atividade na educação permanente e fortalecimento de vínculos entre as trabalhadoras. **O capítulo “A dimensão sociopedagógica do Serviço Social em potenciação(ação)”** adentra o debate sobre a dimensão sociopedagógica do serviço social, como potência(ação) do exercício profissional na perspectiva crítica, apresentando esta como mediação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na produção de conhecimento na área do Serviço Social, além das suas contribuições na acolhida coletiva. **O capítulo “Potência e florescimento, tecendo diálogos entre a questão étnico-racial e a questão social”** tem a intenção de traçar caminhos de análise para pensar a relação entre a questão étnico-racial e questão social na formação em Serviço Social, destacando como a dimensão sociopedagógica da profissão pode contribuir no aprofundamento e amadurecimento desse debate.

## **2. SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO NA ACOLHIDA COLETIVA.**

Este capítulo tem a intenção de apresentar as contribuições do trabalho das assistentes sociais junto à acolhida coletiva no âmbito da proteção básica da Política de Assistência Social, a partir da experiência de estágio curricular em um Centro de Assistência Social (CRAS) da região metropolitana de Porto Alegre entre junho de 2022 e março 2023.

Precarização dos vínculos trabalhistas, fragilização dos laços familiares, violência e fome foram alguns dos elementos que compuseram as múltiplas formas de exposição dos sujeitos sociais a situações de maior vulnerabilidade e risco social com o surgimento e ciclos de agravamento da pandemia do Covid-19. Isso potencializou formas de adoecimento da população subalternizada, a partir de diferentes carências históricas, que sinalizam o avanço do empobrecimento da classe trabalhadora em distintas dimensões.

No entanto, não posso deixar de sublinhar que este contexto oportunizou ações coletivas que destacaram a importância do conhecimento científico, sobretudo, a valorização das instituições públicas de saúde e educação em diálogo com diferentes políticas sociais, visando a proteção e desenvolvimento da sociedade brasileira, com atenção a problemas históricos que trazem diferentes roupagens, composições e situações inéditas.

Foi nesse cenário em que se desenvolveu a minha experiência de estágio curricular, tendo como discussão inicial o tema da fome aliado ao debate da pobreza, o qual se revelou, por meio do seguinte questionamento: por que razão refletir sobre as expressões de desigualdade, perante as influências e consequências da Pandemia do Covid-19 no campo de estágio?

No entanto, com base em Mota (2021), vale lembrar que

[...] embora o discurso dominante impute à pandemia da Covid-19 a principal causa da crise econômica e social que afeta os países centrais e periféricos, o fato é que a pandemia do coronavírus não responde pelas contradições do mundo capitalista. (Mota, 2021, p. 51)

Após observações, percebi que estes aspectos estabeleceram ressonância com o cotidiano do trabalho desenvolvido no CRAS. Análise que reforça as reflexões tecidas por Mota (2021), durante a live “Diálogos do cotidiano profissional”, ao buscar refletir

sobre a dimensão pedagógica da profissão. Esta atividade foi promovida pelo CFESS. Em sua explanação, indicou a pertinência de olharmos o cotidiano como expressão singular de uma totalidade mais ampla e geral, percebendo-o como ponto de partida para análise do nosso exercício profissional.

As implicações da crise sanitária e social sobre a profissão atingem os e as assistentes sociais em dois planos principais: no das demandas cotidianas, cujo volume e natureza das situações demandadas estão diretamente relacionadas à desproteção social pública, às violências e aos carecimentos no atendimento das necessidades sociais básicas dos trabalhadores e suas famílias, agravadas pela pandemia; e no do exercício profissional que envolve condições, relações de trabalho e singularidades das atividades profissionais. (Mota, 2021, p. 57)

No CRAS, tive a oportunidade de acompanhar experiências e ouvir relatos de usuários/as que expressavam inúmeros desafios diante da perda de renda e de trabalho, acometimento de doenças e falta de condições de alimentarem-se todos os dias. Portanto, pensar a fome ou a dificuldade de acessar o alimento regularmente foi o fio condutor para refletir sobre as distintas facetas da questão social e as resistências na busca de manutenção e proteção da vida.

Durante a vivência do estágio, tive a oportunidade de acessar o estudo “O Efeito da Covid-19 sobre os Indicadores de Pobreza brasileiros e as políticas de Mitigação: uma Discussão Inicial”, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), em junho de 2022, que buscou abordar a relação entre a pobreza e a pandemia do Covid-19. Foi constatado que o aumento da taxa de pobreza causado pela Covid-19 foi menor que o previsto no Brasil. Entre outros aspectos, a nota traz como motivação o interesse de contribuir no debate para efetivação de estratégias que visem à erradicação da pobreza.

As estratégias para a erradicação da pobreza constituem o ponto de partida para a agenda de desenvolvimento socioeconômico. A razão para isso reside na importância da pobreza como um indicador de bem-estar contemporâneo de uma sociedade e de seu efeito propagador de choques adversos ao longo dos anos e entre as gerações. De uma forma mais específica, a conexão entre a pobreza atual e a futura pode se dar a partir de uma série de mecanismos. A literatura especializada reconhece que os choques adversos *in utero* e na primeira infância afetam os resultados econômicos (desempenho escolar, renda e saúde, por exemplo) destes mesmos indivíduos na sua vida adulta. Ademais, as condições de vida dos pais podem ser decisivas para a saúde e o desenvolvimento humano dos filhos, unindo de forma perversa as gerações. No caso brasileiro, estima-se que a pobreza dos pais constitui o principal fator de propagação de choques negativos, contribuindo para a deterioração da saúde das crianças e para o aumento na incidência do trabalho infantil, entre outros (Figueiredo, 2022, p. 5)

Dentre os objetivos apresentados pelo referido estudo, cabe salientar a intenção de se perceber os impactos das políticas públicas nos índices de pobreza no país, com destaque ao Auxílio Brasil, além de “[...] elencar pontos de debate para um desenho eficiente de combate à pobreza no Brasil.” (Figueiredo, 2022, p. 5)

Cabe ressaltar que a pesquisa mencionada está voltada para subsidiar reflexões acerca da discussão da política de renda como base analítica para outras políticas como educação e saúde. Em resumo, desenvolvem uma análise a respeito da pobreza em território brasileiro, a partir da comparação das densidades de renda domiciliar real para 2019 e 2021. (Figueiredo, 2022)

Ao analisarmos os dados apresentados pela pesquisa, é possível observar que ocorrem dois recuos importantes, considerando o dado renda. O primeiro relaciona-se ao comparativo de famílias com renda domiciliar per capita entre R\$ 700,00 e R\$ 1.000,00, conforme mencionado anteriormente. Já o segundo recuo abrange famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, com renda per capita entre R\$ 105,00 e R\$ 210,00. Com respaldo nos dados apresentados, podemos verificar que houve um aumento na proporção de pessoas situadas na linha da pobreza entre os anos de 2019 e 2021. A pesquisa afirma que, “em números absolutos isso corresponde a aproximadamente 1 (um) milhão de famílias a mais ingressando na pobreza. O próximo passo é verificar se a severidade da pobreza foi modificada.” (Figueiredo, 2022, p. 7)

Focar o desenvolvimento da análise apenas na política de renda diverge dos fundamentos de uma compreensão embasada na perspectiva teórica da teoria social crítica de Marx. A partir do método dialético-crítico de análise, podemos afirmar que uma análise respaldada no critério de renda localiza-se na aparência do enfrentamento das expressões da questão social. O método dialético-crítico busca instigar o questionamento e indica um percurso de análise, sendo que o primeiro passo é afirmar as aparências.

Nesse sentido, a compreensão do real passa pela compreensão de sua concreticidade e historicidade, buscando compreender o objeto para além de sua aparência. Em outros termos, significa entender sua dinâmica e a estrutura que se insere, como um processo, ou seja, em sua essência. Assim, para desvendar a realidade temos o que Kosik (2011) define como pseudoconcreticidade, que se refere ao plano imediato de uma primeira aproximação, que se segue da abstração, onde passamos a lapidar o objeto, a partir de uma revisão crítica que capte suas contradições. Para em seguida

compreender o concreto, a essência como síntese das determinantes. É desse modo que uma pesquisa comprometida com o método histórico-dialético deve ter como método de investigação e exposição desse processo de ir e vir na compreensão de um objeto ou matéria.

Com base em Yazbek (2010), podemos sublinhar a necessidade da produção de uma análise que olhe a pobreza para além do aspecto da renda. Segundo Yazbek (2010) a experiência cotidiana de trabalho dos/as assistentes sociais envolve trajetórias de exploração, pobreza, opressão e resistência junto às classes subalternas. No ponto de vista conceitual, a relação entre Serviço Social e pobreza demonstra que

[...] a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria. A pobreza brasileira é produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, que nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que ‘fixam’ os pobres em seu lugar na sociedade. (Yazbek, 2010, p. 153)

A identificação da pobreza não pode ser centrada somente no critério da renda. A nossa análise precisa considerar o acesso a bens, recursos e serviços sociais e outros possíveis elementos complementares. Fato que expressa o segundo momento do método dialético, pois precisamos comprovar a existência da pobreza. Para Yazbek (2010), a pobreza é uma categoria multidimensional, pois a pobreza não se expressa somente pela falta de bens materiais. Há uma compreensão de que a sua existência seja uma herança histórica da estruturação econômica, política e social, no caso da sociedade brasileira, configurando-se um argumento aparente. Aqui, reside o terceiro e quarto momento do processo dialético.

Precisamos desenvolver ações que contribuam na identificação e desvelamento da falsidade contida no argumento da distribuição de renda. À vista disso, quanto mais os/as assistentes sociais sejam “[...] capazes de compreender e explicar as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico.” (Yazbek, 2010 p. 154)

Segundo Iamamoto (2001), a análise da questão social situa-se em uma arena de disputas entre projetos societários os quais manifestam distintos interesses de classe. É importante termos compreensão acerca da perspectiva que fundamenta a nossa compreensão sobre a questão social e suas expressões. Esta autora sublinha que a perspectiva sociológica percebe a questão social enquanto “disfunção” ou “ameaça” à

ordem e à coesão social, subsidiando respostas a partir da lógica do mercado que visam à execução de políticas neoliberais, desenvolvendo a implementação de programas focalizados e descentralizados para o enfrentamento da “pobreza” e “exclusão social”. (Iamamoto, 2001, p.10-11)

Na sociedade capitalista, podemos identificar que os meios de comunicação contribuem fortemente para consolidação da lógica da sociedade do consumo, atendendo aos interesses do capital. Se a questão social é composta por expressões de desigualdade, como desemprego, diferentes formas de precarização dos serviços, fragilidade da população, com destaque a aqueles/as corpos que manifestam a interseccionalidade das opressões de classe, raça/etnia e gênero, por exemplo, revela as possibilidades de resistências que se fundamentam no desenvolvimento de processos sociais de emancipação, por meio de movimentos, associações, políticas sociais, sindicatos e redes por exemplo.

Percepção que apresenta consonância com o ponto de vista de Couto (2015), quando esta analisa a Política Social da Assistência Social e salienta a relevância de se

[...] garantir um serviço de qualidade, conectado com as necessidades sociais da população. E ao realizá-lo reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida. (Couto, 2015, p. 672)

Couto e Reis (2005) tecem uma abordagem que ressalta a centralidade da relação histórica de como “[...] as políticas sociais brasileiras têm incorporado o tratamento do problema da fome.” A partir de um conjunto de aspectos, propõem-se em contribuir no debate “[...] entre as características dos diversos programas e sua perspectiva de enfrentamento das desigualdades sociais, sinalizando a que proposta se filiam os programas e a que realidade propõe-se a enfrentar.” (Couto, Reis, 2005, p. 01)

Ao analisarem esta temática, Couto e Reis (2005) sublinham a relação entre a Assistência Social e o trabalho, pontuando o “velho no novo dilema”. Ressaltam que

tradicionalmente, o debate sobre a assistência social tem sido referido como contraponto ao trabalho, o qual, mesmo em condições adversas, tem sido considerado campo do reconhecimento social em contraponto com a política social e o benefício assistencial que materializa uma relação de indignidade, de um suporte transitório que deve ser logo superado. (Couto, Reis, 2005, p. 03)

Couto (2015) busca evidenciar o processo contínuo de o sistema capitalista transformar o trabalho em mercadoria e instituir formas de aprimorar a exploração da classe trabalhadora, bem como a acumulação do capital, impondo uma condição de

indignidade a classe trabalhadora por meio de trabalhos informais e formais com baixos salários.

Na atualidade, considera-se que a contraposição entre assistência social e trabalho é parte do engodo que quer sombrear as relações que sempre se estabeleceram no campo do trabalho no Brasil. Não só temos um grande número de trabalhadores informais como também trabalhadores formais que, por contarem com salários muito baixos, necessitam ser protegidos também pela política de assistência social. (Couto, 2015 p. 668)

Contudo, o cotidiano nos serviços da Assistência Social revela o preconceito que há em importante parcela da população pela “dependência” que o benefício assistencial cria no/a cidadão/ã, associando não raramente ao imaginário da vagabundagem, displicência e falta de empenho.

Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalista. Não raro é possível ouvir argumentos da opção dos sujeitos pela pobreza, pela falta de condições. Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação. Assim, sob este entendimento, estar vinculado ao mundo do trabalho também é uma opção do/a usuário/a trabalhador/a. Se por alguma incapacidade não for possível acessar, caberá à política social, no caso a assistência social, “capacitá-lo” para responder a essa expectativa. (Couto, 2015, p. 669)

Essa forma de perceber os/as trabalhadores/as visa

a tentativa de homogeneizar a vida na sociedade capitalista aponta para a barbárie, despolitiza e empobrece a existência daqueles que vivem do seu trabalho. Reconhecer os limites e as possibilidades impostas pela luta diária recoloca a necessidade de realimentar o campo das políticas sociais, entre elas a assistência social, com potência para disputa. (Couto, Reis, 2015, p. 670)

Perante este cenário, podemos adotar o posicionamento indicado por Couto e Martinelli (2009), ao destacarem que

é absolutamente necessário que os Assistentes Sociais assumam, de maneira propositiva, criativa e competente, as tarefas impostas hoje pelo SUAS, da mesma forma que é absolutamente essencial compreenderem que a proteção social só será exequível, quando garantida no âmbito da Seguridade Social, o que impõe ao Assistente Social não só efetivar o acesso à Assistência Social como política pública, mas reafirmar sua efetividade no conjunto das demais políticas sociais. (Couto; Martinelli, 2009, p. 103)

Sob este prisma, a experiência de estágio em diálogo com a bagagem acadêmico profissional e cidadã em construção, além das condições atuais que defronta as mazelas

manifestadas pelo contexto da Covid-19, apontaram para outra direção. Apontaram para projeção de uma sociedade alicerçada em valores radicalmente diferentes da sociabilidade capitalista, percebendo na liberdade e justiça social o caminho para fortalecimento dos valores democráticos.

Iamamoto (2001, p.10) salienta que a questão social é resultado do processo de acumulação capitalista, pois é “[...] parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.” Logo, vivemos numa ordem societária assentada na exploração de poucos sobre muitos. Diante do presente fato, é pertinente pensarmos a relação entre Serviço Social e pobreza, que é histórica e é perpassada por diferentes compreensões, desde a institucionalização da profissão na realidade brasileira em meados da década de 1940. A nossa profissão era percebida, e ainda vive constantemente sob este risco, como um mecanismo do Estado e da classe dominante para intervenção na questão social, a partir de um posicionamento conservador.

Ao mesmo tempo, à luz da visão dialético-crítica, podemos perceber avanços importantes da categoria no processo de análise da questão social e suas expressões, a partir do Código de Ética de 1980. De acordo com Barroco (2012), é a partir deste momento que a categoria inicia o processo de ruptura com o conservadorismo, alcançando um aprofundamento de análise, com base no fundamento da teoria social crítica de Marx.

É nesse ensejo que a vivência do estágio curricular situou-se, ao instigar-me o comprometimento de produzir um trabalho que buscasse colaborar na promoção de discussões críticas sobre o contínuo agravamento das desigualdades vivenciado pela classe trabalhadora, ao longo da história do Brasil, frente às possibilidades de potencialização das condições de resistência e enfrentamento desse contexto. Nos dias atuais, podemos avaliar que este processo complexificou-se com a ocorrência da Pandemia do Covid-19. Mesmo com a declaração do seu fim, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), em maio de 2023, continuamos a lidar com suas consequências que se conjugam às desigualdades históricas e específicas da sociedade capitalista.

Pensar a desigualdade, portanto, manifestou-se como conectivo entre a experiência de estágio curricular que tive anteriormente, a qual se deu em um hospital

público da Cidade de Porto Alegre, e a experiência no CRAS aqui abordada. É importante observar que são instituições públicas situadas em diferentes contextos e vinculam-se a políticas sociais distintas, a política de saúde e a política de assistência social. Considero oportuno observar que ambas apresentam-se como uma possibilidade de resposta à questão social, ao lado de outros meios que, por si, não explicam a sua existência. Cabe reafirmar, por conseguinte, que a questão social é matéria prima do nosso trabalho profissional e consegue explicar os motivos da necessidade de haver políticas sociais.

Produzir estas análises oportuniza-nos tocar em uma pergunta central, frequentemente atual e polêmica na categoria de assistentes sociais. Afinal, a centralidade do nosso objeto profissional encontra-se na questão social ou nas políticas públicas? Behring (2006) vincula-se ao entendimento de que a questão social é algo inerente às relações sociais, situando-a como objeto central da nossa profissão. Já a política social é percebida como um acontecimento ligado ao modo de (re)produção capitalista e as desigualdades, por ele geradas, são objeto de tensionamentos na sociedade, desencadeados por vários processos de luta de trabalhadores/as e movimentos sociais. Estas lutas demandam respostas do Estado burguês para o enfrentamento das expressões da questão social.

Em suas reflexões, a Behring (2006) aponta como exemplo desse cenário o processo político-econômico de crise do liberalismo, no início do século XX, que conjugou o crescimento e atuação do movimento operário, ao obrigarem a burguesia o reconhecimento de direitos de cidadania política e social, e a concentração e monopolização do capital. Couto (2015, p. 667) expressa a compreensão de que as políticas sociais não irão resolver “o nó central da sociedade capitalista, ou seja, a exploração”, justamente por ser um mecanismo específico deste sistema.

Segundo Couto (2015),

[...] é preciso reafirmar que se entende que no campo das políticas sociais é possível empreender lutas para garantir a reprodução material da classe que vive do trabalho, impondo ao capital a necessidade de colocar em relevo a destinação do valor apropriado pela super-exploração da mão de obra. (Couto, 2015, p.667)

Nos encontros das reuniões técnicas, constantemente, foi manifestado o desejo coletivo de superação da visão imediatista e individualista da realidade, diante da intenção de trazer para o coletivo as reflexões sobre os desafios vivenciados pela

população do território onde localiza-se o CRAS, aqueles que a Política de Assistência Social e seus/suas trabalhadores/as atravessam no cotidiano profissional, em conexão com os cortes decorrentes das contrarreformas vivenciadas pela sociedade brasileira nas variadas políticas sociais.

O pensamento neoliberal tem se valido de mecanismos voltados a manutenção do sistema capitalista com o objetivo de desenvolverem estratégias que retomam e reforçam a noção de política residual, compensatória e focalizada, a partir da reprodução do pensamento conservador, o qual individualiza os problemas sociais e corteja com a ausência de crítica.

É pertinente que dediquemos ações para o fortalecimento do debate coletivo acerca das expressões da questão social voltadas à compreensão e identificação de estratégias de enfrentamento ancoradas na defesa dos direitos humanos e sociais. Yamamoto (2001) sublinha a importância das experiências de estágios e acadêmicas empreenderem contribuições nesse sentido, pois favorece a identificação do quão desafiante é tornar este debate popular, ao alcance de todos/as os/as profissionais e, sobretudo, dos/as cidadãos e cidadãs. A autora pondera que o ordenamento capitalista, por meio de visões conservadoras articula meios para operacionalizar a naturalização das desigualdades e contradições constitutivas deste sistema. Desenvolve-se um empreendimento político-ideológico o qual “embaça” a construção de iniciativas coletivas. (Yamamoto, 2001, p.10)

Foi nessa intenção, e busca de movimento nessa direção, que a experiência do estágio curricular pretendeu-se ser espaço de engajamento e potencialização das iniciativas de qualificação do serviço em consonância com os objetivos da Política de Assistência Social. Um dado importante de ser mencionado o qual foi obtido, através das reuniões técnicas, no período de agosto de 2022, revelou que os/as usuários/as do equipamento esperavam por volta de 14 (quatorze) dias para serem atendidos/as. Por meio de levantamentos e sistematizações, como parte dos processos de trabalho, as técnicas sociais apontaram como estimativa que cerca de 80% (oitenta por cento) das demandas apresentadas, nos atendimentos, relacionavam-se a solicitação do benefício eventual de alimento. Naquela época, mensalmente, o serviço recebia por volta de 100 (cem) cestas básicas, sendo frequente os/as usuários/as não terem as suas solicitações atendidas em função do término das cestas disponíveis, entre outras circunstâncias.

Era consenso entre as trabalhadoras que este contexto ia à contramão do entendimento reivindicado e defendido historicamente pela classe trabalhadora de que as necessidades humanas são imediatas e o Estado tem o compromisso e dever constitucional de atendê-las, por meio de diferentes mecanismos e estratégias os quais podem ser potencializados, através de políticas sociais comprometidas com a efetivação da lógica que orienta os direitos sociais segundo a constituição cidadã.

Este cenário foi proposto, discutido e encaminhado, em grupo, a partir das reuniões técnicas semanais, a implementação e desenvolvimento das acolhidas coletivas ou de grupo como alternativa potente para promoção do diálogo com a população usuária, no comprometimento de robustecer a perspectiva democrática no cotidiano do CRAS, visando a compreensão da importância da proteção social dos sujeitos. A cada reunião técnica, eram discutidas e socializadas informações, experiências e conteúdos referentes à Assistência Social, seguindo o formato de educação permanente. Entre os meses de agosto e outubro de 2022, ocorreu o processo de escrita do projeto de intervenção. O material escrito foi apresentado, discutido e reescrito ao longo desse período, com base nos encaminhamentos da reunião técnica, estudos e supervisões de campo e acadêmica.

A ideia foi desenvolver uma atividade que possibilitasse um espaço para reflexão e proposições acerca dos desafios e as necessidades sociais, reforçando a importância do debate coletivo para garantia e defesa dos direitos sociais como estratégia de enfrentamento da pobreza. Ante essa visão, a acolhida coletiva apresentou-se como ação para trazer os/as usuários/as para mais perto e envolvidos com o equipamento no sentido de troca, fortalecimento, proteção e conhecimento sobre a Política de Assistência Social, em diálogo com a rede existente no Município, além do conhecimento dos serviços, programas e benefícios que podem ser acessados através do CRAS.

A ideia foi colaborar no processo de qualificação do referido serviço. Nesse sentido, a realização das acolhidas coletivas tinha como intenção a orientação da perspectiva da garantia de direitos sociais e da ampliação da vivência cidadã na sociedade brasileira, contribuindo no caminho de amadurecimento e reconhecimento da Política de Assistência Social, enquanto política pública de Estado.

A Constituição Cidadã é um marco deste tempo histórico. Empreendimento de mãos e mentes de trabalhadores/ras de inspiração democrática que visionaram, e ainda

visionam, uma sociedade brasileira fortalecida por instituições democráticas que reconhecem os direitos humanos e sociais como orientadores para concepção de cidadania, o qual inspira e fortalece o artigo 6º da Constituição Federal.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.<sup>2</sup>

Os artigos 203 e 204 da Constituição Cidadã apresentam a Política de Assistência Social Brasileira, sendo oportuno trazer que os objetivos do artigo 203 dão o tom das finalidades a serem atingidas com esta política pública, como a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e o amparo às crianças e adolescentes carentes. A Lei nº 8.742 de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) tem o propósito de desdobrar os artigos referidos, ao regulamentar a Política de Assistência Social e compreende a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Dessa forma, trata-se de uma política pública não contributiva de proteção social no âmbito da Seguridade Social, configurando-se em direito a todo cidadão que dela necessitar. O seu primeiro artigo menciona que esta

[...] é uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.<sup>3</sup>

Os objetivos da Assistência Social relacionam-se a defesa de direitos, a proteção social, por meio da redução de danos, da prevenção da ocorrência de riscos e da garantia da vida conforme consta no segundo artigo da LOAS:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...]; II- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Brasil, 1993)

Presente em todo o território brasileiro, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema de gestão pensado para Política de Assistência Social com

---

<sup>2</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) - acessado em 30/08/2023.

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Institui a Assistência Social no território brasileiro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm) - acessado em 29/08/2023.

objetivo de organizá-la e regulamentar a rede socioassistencial da Assistência Social pública e das entidades privadas, atualizando a LOAS, através da Lei nº 12.435/2011.<sup>4</sup>

Enfatizar a natureza pública desta política é de grande relevância, pois contribui na garantia e defesa dos direitos sociais, refletindo na promoção da justiça social, em condições de vida mais dignas para os/as cidadãos e na erradicação do assistencialismo. Ainda é possível observar,

[...] entretanto, na realização dos serviços há a permanência de um modelo assistencialista, baseado na filantropia e na benemerência, no que se refere às práticas privadas e quando prevalece a cultura da seletividade privatista. Isso condiciona os cidadãos ao que de pior a sociedade pode estabelecer na relação direito pelo favor.<sup>5</sup>

Reflexão que corrobora com a análise de Velho (2018) que menciona:

com objetivos de fornecer proteção social, por meio das provisões socioassistenciais; assegurar direitos socioassistenciais e promover a vigilância social, o SUAS representa uma forte mudança de concepção em que se efetivam as seguranças sociais como direitos, para todos os membros da sociedade. E assim, se propõe a romper com a lógica de assistência de ações pontuais, fragmentadas, segmentadas, direcionadas ao atendimento da pobreza. Ações até então dedicadas ao atendimento dos carentes, dos necessitados, dos mais pobres, vinculadas a religião, a caridade, a meritocracia, a ajuda, ao favor. Indica que a questão social deve ser enfrentada pela assistência social, de forma integrada às políticas setoriais. (Velho, 2018, p. 53-54)

A partir de sua natureza de política pública de direito, não contributiva, de responsabilidade do Estado, a assistência social visa o enfrentamento da pobreza e a proteção social, deixando de ser ação exclusiva dos interesses da classe dominante sobre os/as trabalhadores/as, ao tornar-se instrumento de luta e resistência para as classes subalternizadas. Conforme indica o parágrafo único do segundo artigo da lei nº 8.742/1993:

[...] para enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (Brasil, 1993)

---

<sup>4</sup> A lei nº 12.435/2011 está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm) - acessado em 30/08/2023

<sup>5</sup> Informações extraídas do material elaborado pelo Prof. Tiago Martinelli, com base em sua Tese de Doutorado intitulada como “O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as entidades privadas sem fins lucrativos: a primazia público estatal colocada em xeque” de 2011. Este material foi acessado, quando cursei a disciplina de Seguridade Social e Assistência Social no semestre 2021/1. Ainda é necessário pontuar que a parte das informações que subsidiaram a escrita deste trabalho de conclusão foi extraída de materiais elaborados pelos/as professores/as das disciplinas cursadas conforme indicado nas notas que seguem.

Assim, vale lembrar que os direitos socioassistenciais são:

Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos; Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; Direito de equidade social e de manifestação pública; Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; Direito em ter garantido a convivência familiar, comunitária e social; Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas; Direito à renda; Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais.<sup>6</sup>

O SUAS está organizado em dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial. Segundo o sexto artigo da lei nº 8.742/1993, a

Proteção Social Básica: visa a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Proteção Social Especial: objetiva contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o fortalecimento diante das situações de violação de direitos.

É importante referir, nesse sentido, que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) compõe a instância da proteção social básica na Política de Assistência Social, sendo

a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.<sup>7</sup>

No CRAS, é possível acessar os serviços e benefícios, por exemplo, Cadastro Único, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais, como, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio mudança, auxílio em situações de vulnerabilidade temporária (alimentos), auxílio em situações de emergências e/ou calamidade pública (alimentos e limpeza), sendo importante destacarmos que estas informações se aplicam ao contexto do espaço sócio-ocupacional de vivência do estágio curricular. Já em relação à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, podemos encontrar na proteção social o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à

---

<sup>6</sup> Informações extraída do vídeo divulgado no Blog “Trajetórias de Educação Permanente no SUAS”, na seção “Direitos Socioassistenciais” disponível em <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2017/09/19/direitos-socioassistenciais/> - acessado em 30/08/2023.

<sup>7</sup> Informações extraídas do material elaborado pelo Prof. Tiago Martinelli, quando cursei a disciplina de Seguridade Social e Assistência Social em 2021/1, elaborado com base na Política Nacional de Assistência Social.

Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e Idosas.<sup>8</sup>

No entanto, vale observar que, no período do estágio obrigatório, encontrava-se em atividade apenas o PAIF, com dificuldades de funcionamento em função da precarização das condições de trabalho dos/as servidores/as diante do aumento de demanda e agudização dos problemas sociais, na realidade brasileira, em decorrência do processo pandêmico da Covid-19. Esta serviu de justificativa para desativação do SCFV, sendo necessário sublinhar que, durante toda a vivência do estágio curricular, a sua reativação foi reivindicada pelas trabalhadoras e discutida a sua importância nas atividades de acolhida coletiva. Buscamos ressaltar as possíveis contribuições do retorno SCFV para comunidade, pois é um serviço assegurado pela Política de Assistência Social.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é identificado como:

unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas de proteção especial.<sup>9</sup>

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define que a Proteção Social Especial de Média Complexidade abarca o Serviço de Proteção e Atendimento especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de Prestação de Serviços comunitários (PSC), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, Idosas e suas famílias e o Serviço Especializado para Pessoa em situação de rua. Já o Serviço de Acolhimento Institucional, o Serviço de Acolhimento em República, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, o Serviço de Proteção em situações de calamidades pública e de emergência compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

---

<sup>8</sup> Para mais informações, acesse [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf) - acessado em 30/08/2023.

<sup>9</sup> Informações extraídas do material elaborado pelo Prof. Tiago Martinelli, quando cursei a disciplina de Seguridade Social e Assistência Social em 2021/1.

No que diz respeito à realidade da Proteção Social Especial no município, onde aconteceu o estágio curricular, é pertinente comentar que se encontravam vigentes o PAEFI, o Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo) e a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), vínculo mantido por meio de contrato com residenciais inclusivos em função de ações judiciais.<sup>10</sup>

Está presente na NOB-SUAS que

os serviços da proteção social (básica e especial) devem ser organizados de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa; devem conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios sob garantia de concretização dos direitos socioassistenciais [...] (Brasil, 2005, p. 14).

Durante a vivência das acolhidas coletivas, no campo de estágio curricular, foi possível notar que a dimensão sociopedagógica do nosso trabalho, oportunizou aos/as usuários/as e as trabalhadoras do serviço a promoção do enxergar-se/perceber-se como comunidade. Contribuiu no fortalecimento da união entre equipamento e comunidade para promoção da luta coletiva em defesa dos direitos sociais e políticas públicas, tendo em vista o fortalecimento da proteção social da população.

Velho (2018), ao apresentar e analisar o processo de implementação e desenvolvimento da acolhida social coletiva nos CRAS do Município de Porto Alegre, destaca que “[...] a construção desse processo exigiu mudanças conceituais e metodológicas diferentes daquelas que os usuários, técnicos e rede socioassistencial estavam acostumados.” (Velho, 2018, p. 90)

A acolhida coletiva foi integrada a rotina de atendimentos disponíveis pelo CRAS, espaço sócio-ocupacional em que realizei o estágio curricular. Após o contato com a recepção, a acolhida coletiva é o primeiro atendimento disponibilizado no CRAS do meu estágio. Neste equipamento é desenvolvido o principal serviço da proteção social básica: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). A implantação do formato de atendimento abarcado pela acolhida coletiva, naquele período, estava instigando os/as trabalhadores/as a desenvolverem estratégias seja no âmbito administrativo, seja no âmbito técnico para qualificar o serviço.

---

<sup>10</sup> Estes elementos serão aprofundados na escrita da próxima fase do TCC, sendo abordada a rede intra e intersetorial do Município, onde se localiza o CRAS, além de como este assunto foi explorado nas acolhidas coletivas, tendo em vista a contribuição na produção de estratégias de resistências as desigualdades sociais.

Antes da acolhida coletiva, havia uma demanda diária de cerca de 20 (vinte) agendamentos diários, sendo desafiador dar conta deste número, conciliar com os atendimentos PAIF, com as visitas domiciliares, as reuniões, as audiências, dentre outras atividades, isso tudo buscando qualidade e fugindo do imediatismo. Aguardavam aproximadamente 14 (quatorze) dias para serem atendidos/as pela primeira vez, abrangendo os casos de retorno também.

Durante a execução do meu projeto de intervenção, conseguimos sanar o problema do tempo da fila de espera para atendimento por parte dos/as usuários/as. Em curto espaço de tempo, na medida em que foram acontecendo às acolhidas coletivas, percebemos que o tempo de espera para atendimento foi reduzido gradativamente, pois os/as usuários/as passaram a ser atendidos na mesma semana em que procuravam o CRAS geralmente. Tinha vezes que ocorria a possibilidade de serem atendidos/as no mesmo dia ou de um dia para o outro, conforme a disponibilidade de agenda da acolhida coletiva. Com a ocorrência desta, o número de agendamentos diários passou a flutuar entre 07 (sete) a 13 (treze). Contudo, nos dias de acolhida coletiva, os atendimentos ficavam por volta de 07 (sete) ou 10 (dez), no momento coletivo, e no momento particularizado, esse número reduzia às vezes, quando os/as usuários/as entendiam que a sua demanda era atendida, ou encaminhada, abrindo mão do atendimento particularizado.

Cada acolhida coletiva recebeu cerca de sete inscrições, nos dias de atividade, sendo oportunizado um espaço de discussão, conhecimento/pensamento, escuta, acolhimento, exercício de crítica, entre outros aspectos, tanto por parte das trabalhadoras, como por parte dos/as usuários/as onde a troca é o móvel da dinâmica. Nesse sentido, a qualidade está orientando a quantidade rumo ao equilíbrio, trabalhando consciências dia após dia, desde a dimensão da gestão da política aos/as usuários/as.

Com referência em Andrade (2009, p. 86), Velho pondera:

acredita-se que o conteúdo disposto na PNAS e na NOB-SUAS precisam ser compreendidos, problematizados e traduzidos em novas práticas pelo conjunto dos sujeitos envolvidos e comprometidos com a efetivação dos direitos de proteção socioassistenciais. (Velho, 2018, p. 90)

No CRAS, é desenvolvido o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é o principal serviço da proteção social básica. Este

consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na

melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)<sup>11</sup>

Pensar a acolhida tem conexão com o conjunto de ações que compõem o PAIF.

As ações do PAIF devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias usuárias, das organizações e movimentos populares do território, visando o aperfeiçoamento do Serviço, a partir de sua melhor adequação às necessidades locais, bem como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 14)

Acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos são ações do PAIF que podem ser organizadas em ações de caráter individual ou coletivo. Cabe salientar que a acolhida não é uma ação exclusiva do PAIF, mas essencial. A ação de acolhida encontra-se presente em todos os serviços, programas e projetos socioassistenciais. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 17)

Por conseguinte,

a acolhida é, na maioria das vezes, o processo de contato inicial de um indivíduo ou família com o PAIF - não raras vezes é o primeiro contato “qualificado” da família com o SUAS. Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 17)

Esta ação é fundamental, porque é no momento da acolhida que acontece o início do vínculo entre o serviço e a família. É na recepção que o início da acolhida acontece, podendo acontecer ações que possibilitem os/as usuários/as sentirem-se bem, recebendo um escuta inicial, com explicações breves sobre o serviço, por exemplo, oferecendo base para um atendimento de qualidade. A partir destas ações, é possível direcionar as famílias para os serviços disponíveis conforme as suas demandas. Vale dizer que, nesse momento, é fundamental os/as profissionais da recepção terem atenção a questão do sigilo e a importância da conduta ética. Cabe mencionar ainda que a acolhida permeia todo o processo de vinculação dos/as usuários/as com o serviço, porque os profissionais precisam trabalhar na perspectiva de continuidade, estabelecendo um fluxo dentro do equipamento.

---

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> - acessado em 26/03/2023.

É o momento em que o profissional deve buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias, buscando também identificar seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 17)

Vínculo pressupõe confiança frente à expressão de sentimento de segurança e escuta sócio-afetiva. A segurança, por sua vez, relaciona-se às condições de amparar e sentir-se amparado. Aqui, encontramos a qualidade da troca que se configura na troca de saberes, de inspirações, de intenções, de amparo e de ações, porque um serviço integrado à comunidade tem a sua importância mais arraigada e, conseqüentemente, necessidade de defesa esclarecida para a população. Assim, a acolhida

constitui importante momento para o estabelecimento de relações de confiança e de reconhecimento da equipe de referência do CRAS como profissionais qualificados para o atendimento da demanda familiar, permitindo a instituição do vínculo entre as famílias usuárias e o PAIF – fator indispensável para a continuidade do atendimento socioassistencial iniciado. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 17-18)

Passa a existir a possibilidade de construção de um relacionamento orgânico, dotado de sentido.

A acolhida deve ser pautada no respeito à dialogicidade e autonomia das famílias. Desta forma, o técnico precisará considerar a disponibilidade destas para responder às perguntas da equipe técnica ou para participação nas ações do PAIF. A atitude dos profissionais, nesse momento, deve expressar o dever do Estado em proteger e garantir o acesso das famílias aos serviços. Assim, as famílias não podem sentir-se intimidadas ou tuteladas no processo de acolhida ao Serviço. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 19)

Este atendimento aconteceu três vezes na semana, nas segundas, quintas e sextas-feiras, a partir das 09 horas. O seu tempo de duração variava entre 45 min e 60 min, a depender da dinâmica do grupo. Com frequência, a sua realização contou com a contribuição na condução de duas técnicas sociais e estagiária do Serviço Social.<sup>12</sup> É importante salientar que a acolhida de caráter coletivo pode abarcar pelo menos dois sujeitos pertencentes a famílias distintas ou duas, ou mais famílias.

Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 21)

---

<sup>12</sup> Naquela época, a equipe técnica do CRAS era composta por três profissionais do Serviço Social e uma da Psicologia.

A inscrição dos/as usuários/as na acolhida coletiva se dava na recepção do equipamento, através de formulário específico que foi elaborado pela coordenação, tendo a contribuição e revisão das técnicas sociais. A seleção das informações solicitadas visava atender as necessidades desta atividade. A sua organização foi definida por etapas. A primeira etapa envolveu a apresentação dos/as participantes do grupo, a manifestação das demandas, juntamente, com o acordo grupal, onde se orientava que os/as usuários/as poderiam expressar as suas dúvidas, críticas e sugestões acerca do que fosse trabalhado, sob o cuidado de avaliar a menção de situações específicas, as quais pudessem envolver informações sigilosas. Explicávamos, também, que no final da atividade aqueles/as que desejassem poderiam manifestar o interesse de receber atendimento particularizado.

Na segunda etapa, apresentávamos a Política de Assistência Social, explicando sua natureza e objetivos. Comumente, mencionávamos que a Assistência Social é uma política pública orientada pela perspectiva do direito e não do exercício da caridade. Apresentávamos brevemente a origem histórica desta concepção sob o tensionamento entre o eixo: cidadão de direito x cidadão de favor. Problematizávamos que o cidadão de direito se percebe no direito de reivindicar e tencionar que as suas demandas saíssem do papel. Com frequência, nesse momento, ressaltávamos a importância do engajamento dos/as cidadãos/ãs nos conselhos municipais. Em relação ao/à cidadão/ã de favor, salientávamos que acessava a política pelo viés assistencialista, marca histórica que a perspectiva de Assistência Social, enquanto política pública, visa erradicar.

Na terceira etapa, pontuávamos informações gerais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), elucidando o seu modelo de gestão participativa. Na quarta etapa, fazíamos a exposição dos objetivos da Assistência Social, produzindo comentários e questionamentos a partir de palavras chave, como: garantia a vida, família, maternidade, infância, adolescência, velhice, mercado de trabalho, pessoa com deficiência e BPC. Neste momento, problematizávamos a importância de haver a vigilância socioassistencial no Município. Ao longo da quinta, sexta e sétima etapas, apresentávamos informações que especificavam a proteção social básica e a proteção social especial, avançando para os serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente.

Na oitava etapa, conversávamos sobre o CRAS e os serviços, programas e benefícios que poderiam ser acessados a partir deste equipamento, valendo-nos de informações, dúvidas, comentários e experiências que, normalmente, eram trabalhadas

nos atendimentos particularizados. Nas explicações, dávamos ênfase àqueles benefícios e serviços que eram solicitados com frequência no CRAS, como os benefícios eventuais, o BPC e o passe livre.

Na nona etapa, apresentávamos o CREAS, buscando produzir comparações entre o trabalho realizado na proteção social básica e na proteção social especial em conexão com informações e serviços que compõem a rede intrasetorial e intersetorial existentes no Município. Finalizávamos a apresentação da acolhida coletiva abordando os espaços de controle social e a importância da participação social. Ressaltávamos que todos os assuntos se interconectam e, de acordo com o perfil do grupo, um assunto acabava sendo adiantado em função de uma pergunta, comentário ou situação que acontecia no grupo. Em especial, os espaços de controle social foi um tema que transcorria todo o processo de apresentação da acolhida coletiva, porque mencionávamos os avanços, os retrocessos e iniciativas de resistência de diferentes setores da sociedade, juntamente com a importância da população lutar pela garantia e defesa dos direitos sociais.

Após as considerações finais, passávamos para o momento de atendimento particularizado que não deixava de ter vínculo com a acolhida coletiva. A acolhida particularizada tem relação com o “[...] processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado”, reservado ou até individual. “É o momento no qual o profissional preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no CRAS ou no domicílio da família.” (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 22)

A partir das discussões estabelecidas nas reuniões técnicas, percebemos que a acolhida coletiva apresentou-se como alternativa potente para conversar e refletir junto à população usuária sobre os desafios e dificuldades cotidianos presentes no CRAS, que estão vinculadas à Política de Assistência Social e a realidade como um todo, buscando no debate coletivo a necessidade de fortalecimento e garantia dos direitos sociais.

Essa forma de acolhida deve ser empregada de modo a organizar o processo de acolhida no Serviço, em especial quando há um grande número de famílias envolvidas, para dinamizar e agilizar o processo de atendimento, pois ela otimiza o repasse de informações e sana dúvidas. Além disso, ressalta-se que o compartilhamento de expectativas e demandas entre as famílias contribui para não individualizar a problemática enfrentada pelas famílias daquele território e favorece a efetividade das adesões às ações do PAIF, na medida em que as famílias participantes poderão ter maior clareza do que procuram e do que lhes é oferecido. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 21)

Portanto,

Essa forma de acolhida é interessante, pois oportuniza às famílias o compartilhamento e identificação de demandas comuns, iniciando, já na acolhida, um processo de compreensão de que as vulnerabilidades vivenciadas são fenômenos sociais e não problemas particularizados, sensibilizando-as para a importância do protagonismo e da participação social visando alcançar seus direitos. São exemplos de famílias, que podem ser convidadas para a acolhida em grupo, as beneficiárias de transferência de renda, em especial, em descumprimento de condicionalidades do PBF (primeira repercussão) e famílias com beneficiários do BPC abaixo de 18 anos fora da escola. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 21)

O nosso interesse foi de convidar e cativar os/as usuários/as a estarem mais perto do equipamento no sentido de conhecê-lo, apresentar a política de assistência social em diálogo com a rede existente no Município e abordar os serviços e benefícios que podem ser acessados a partir do CRAS. No entanto, Prates (2003, p.03) sobreavisa,

mais do que técnicas grupais específicas, sem ter a intenção de desvalorizá-las, porque são úteis se complementares à dialética grupal, utilizamos uma mediação iluminada por nossa finalidade e intencionalidade, com base na reflexão coletiva e no diálogo, partindo da realidade concreta dos sujeitos usuários, de suas práticas sociais, buscando superação do aparente, por novas leituras e totalizações.

Ideias que pretenderam incentivar a produção de estratégias que contribuíssem na efetivação da garantia dos direitos sociais em sintonia com a perspectiva de ampliação da vivência cidadã no Município em que realizei o estágio curricular, sem deixar de pontuar a importância do reconhecimento da Política de Assistência Social, enquanto política pública.

Soares e Fernandes (2019, p. 78) destacam que “não podemos deixar de reconhecer que a dimensão sócio-histórica, política e cultural desta discussão, sempre esteve atrelada a formulação, a gestão, a avaliação e ao controle social democrático das políticas sociais.” Acerca da emergência do direito à informação, Soares e Fernandes (2019) sinalizam que

os estudos desenvolvidos nos anos de 2016 a 2018 no âmbito da política de assistência social vem indicando nos seus resultados que há uma necessidade de conhecer a política de assistência social, tanto por parte de alguns trabalhadores do SUAS (sejam servidores públicos ou de organizações da sociedade civil), quanto dos gestores que assumem cargos políticos e de confiança, assim como dos usuários. Isso não significa que há um desconhecimento geral, mas o que chama a atenção é a necessidade de as pessoas que se envolvem de alguma forma com a política de assistência social poderem ter acesso a mais informações que permitam maior conhecimento sobre os direitos a serem efetivados e defendidos em contextos de desmontes dessas conquistas. Também, estudos apontam que os saberes e conhecimentos apresentados como necessários para operacionalização do SUAS, estão relacionados com a condição de compreender o direito à informação enquanto um dos processos fundamentais da efetivação da política e da consolidação da educação permanente. (Soares, Fernandes, 2019, p. 79)

A partir da verificação que a acolhida coletiva foi um incentivo a educação permanente para trabalhadoras, percebi trocas ocorrerem e vínculos se fortalecerem, estreitarem-se.

Para as trabalhadoras, notei que estes retornos chegaram como um incentivo de que estavam realizando um trabalho crítico e que contribuía na construção de uma realidade diferente a favor do fortalecimento das lutas coletivas em prol de melhores condições de existência, com base no diálogo, respeito, direitos e cidadania, consolidando a visão de classe. A partir dessa atividade, observei que a equipe passou a se perceber como unidade, trabalhando o sentimento de trabalho coletivo explorando a afinidade entre as trabalhadoras, mesmo havendo divergências de pensamento. A imediaticidade das análises, posicionamentos e falas passou a receber um tratamento mais crítico e analítico no cotidiano, contribuindo para mudança de percepções sobre as políticas públicas, no sentido do que é direito, crítica sobre a realidade, propósito do serviço e relação mais orgânica deste com a comunidade.

Em relação às técnicas sociais, o espaço da acolhida tem permitido o incentivo ao estudo, a escuta, o estabelecimento de parceria/diálogo com outros serviços da política de assistência e, também, outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação. Na medida em que as acolhidas foram acontecendo, recebíamos no grupo e nos atendimentos individuais importantes devolutivas dos/as usuários/as, sobre como se sentiram bem atendidos/as e descobriram possibilidades que podem auxiliá-los/as na superação/amenização das suas dificuldades. (Relatório Final de Estágio, abril/2023)

No entanto, a coordenação/gestão estava manifestando preocupação com a “diminuição” de atendimentos e fizeram pressão para que se retirasse a acolhida coletiva e permanecessem os atendimentos individuais. Os argumentos das trabalhadoras seguiram a linha de raciocínio dos elementos acima apresentados, encaminhando coletivamente que seria um retrocesso para o serviço a retirada da acolhida pelo esforço e ganhos obtidos com a realização desta atividade.

É importante salientar que diversas reuniões entre a equipe técnica e a coordenação do equipamento ocorreram para debater a permanência ou a extinção da acolhida coletiva. As trabalhadoras estavam alinhadas e, nas reuniões semanais do quadro técnico discutiam estratégias e afinavam argumentos em prol da defesa da permanência da acolhida coletiva. Uma estratégia que contribuiu de modo interessante, naquele momento, foi ressaltar a importância e contribuições da acolhida coletiva nas iniciativas de pleitear que as demandas da comunidade fossem ouvidas na Conferência

Municipal de Assistência Social, por exemplo, prevista para julho de 2022, favorecendo o fortalecimento do controle social na Política de Assistência.

Nesse processo de defesa, em diferentes momentos, as trabalhadoras reiteravam que a acolhida deveria iniciar na recepção dos/as usuários/as, havendo uma breve explicação sobre a atividade e seu propósito, com a menção de que estas modificações visavam à estratégia de melhor atendê-los/as. Estes argumentos, juntamente, com outros potencializaram as condições de resistência por parte das trabalhadoras, recebendo o apoio de usuários/as a partir de suas frequências nas acolhidas coletivas, além de contribuírem como multiplicadores/as das informações ali trocadas, fortalecendo o acesso à informação através desta atividade.

Foi preciso alinhar o trato da recepção do serviço com a perspectiva da acolhida coletiva para acontecer o enfrentamento e erradicação do assistencialismo na assistência. Com frequência, as trabalhadoras da recepção realizavam juízo de valor, produzindo comentários sobre a vida íntima dos/as usuários/as, buscando “fazer a triagem” de quem merecia o atendimento. Portanto, o nosso posicionamento foi de resistência, ao defender a permanência da acolhida coletiva. No entanto, não se pode desconsiderar que a acolhida coletiva é uma atividade que, constantemente, encontra-se em ameaça pela sua natureza, influências e contribuições no período do estágio, precisando ser defendida cotidianamente.

Como fonte de educação permanente e fortalecimento de vínculo entre as trabalhadoras, as reuniões técnicas foram espaço de estudos e criação da acolhida coletiva no campo de estágio curricular, apresentando-se como alternativa potente para conversa e reflexão entre as trabalhadoras e a população usuária a respeito dos desafios e dificuldades cotidianas presentes no CRAS, de maneira vinculada à Política de Assistência Social e a realidade como um todo, buscando no debate coletivo a necessidade de fortalecimento e garantia dos direitos sociais.

Essa forma de acolhida deve ser empregada de modo a organizar o processo de acolhida no Serviço, em especial quando há um grande número de famílias envolvidas, para dinamizar e agilizar o processo de atendimento, pois ela otimiza o repasse de informações e sana dúvidas. Além disto, ressalta-se que o compartilhamento de expectativas e demandas entre as famílias contribui para não individualizar a problemática enfrentada pelas famílias daquele território e favorece a efetividade das adesões às ações do PAIF, na medida em que as famílias participantes poderão ter maior clareza do que procuram e do que lhes é oferecido. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 21)

Elementos que estabelecem pertinente diálogo com a análise de Barroco (2009, p. 16), quando destaca que todo conhecimento que busca a superação da realidade posta, e sua aparência, considera uma postura de questionamento ou certa indignação em relação ao presente. Portanto,

essa forma de acolhida é interessante, pois oportuniza às famílias o compartilhamento e identificação de demandas comuns, iniciando, já na acolhida, um processo de compreensão de que as vulnerabilidades vivenciadas são fenômenos sociais e não problemas particularizados, sensibilizando-as para a importância do protagonismo e da participação social visando alcançar seus direitos. São exemplos de famílias, que podem ser convidadas para a acolhida em grupo, as beneficiárias de transferência de renda, em especial, em descumprimento de condicionalidades do PBF (primeira repercussão) e famílias com beneficiários do BPC abaixo de 18 anos fora da escola. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 21)

Isso tende a desencadear motivações políticas, teóricas e éticas, direcionadas à crítica e uma prática social apontada para a transformação da realidade e a acolhida apresenta-se como espaço e ação estratégica de produções as quais visem estes movimentos.

Foi nessa direção que realizamos acolhidas coletivas para apresentar e discutir sobre a Política de Assistência Social, o SUAS, as proteções sociais básica e especial da Política de Assistência Social, além dos programas, serviços e benefícios disponíveis no CRAS, seguindo a concepção da perspectiva crítica. Isso ocorreu em conexão ao ensejo coletivo de incentivar reflexões a respeito do contexto atual e os desafios enfrentados pela população do território do CRAS, a partir do universo da Assistência Social, no objetivo de trabalhar inspirações de cunho democrático na execução da acolhida coletiva.

### **3. A DIMENSÃO SOCIOPEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL POTENCIA(ÇÃO).**

Notei que o exercício pedagógico na acolhida coletiva está oportunizando aos/as usuários/as um sentimento de comunidade, porque ressaltamos em todas as atividades a relevância da luta coletiva. Penso que o CRAS, a partir desta atividade, está relacionando-se com a comunidade como espaço comunitário. Portanto, o exercício político-pedagógico desta atividade tem contribuído para que cada dinâmica de acolhida fosse única, particular. Isso se refletiu, quando os/as usuários/as sentiam-se afetados pelas falas, dando-se conta que poderiam se valer das instituições públicas para reivindicar direitos que comumente são solicitados por meio de profissionais e empresas

privadas. A solicitação do BPC é um exemplo desse contexto. (Relatório Final de Estágio, abril/2023)

Este trecho extraído do Relatório Final de Estágio busca expressar algumas contribuições que a acolhida coletiva propiciou tanto para o serviço, como para os/as usuários e trabalhadoras, porque o acesso à informação passou a propiciar uma outra forma de relacionamento do serviço com a comunidade e a comunidade consigo mesma. Frequentemente, os/as usuários/as comentavam que procuravam multiplicar as informações, buscando orientar vizinhos/as, familiares e amigos/as a procurarem o CRAS para informações. E o mais interessante, faziam essa busca mais cientes das suas dúvidas e dos seus direitos. Chegamos a presenciar situações dos/as próprios/as usuários/as orientarem-se na recepção, enquanto aguardavam atendimento. Um exemplo de situação foi alguém que chegou na recepção e perguntou sobre como se “aposentar pela LOAS”. Um/a usuário/a que aguardava atendimento respondeu para recepcionista que o pedido se referia ao BPC.

Visando contribuir no aprofundamento da análise da política social e das expressões da questão social, que perpassam a realidade deste espaço sócio-ocupacional, viu-se na acolhida coletiva a oportunidade de se instigar e fortalecer as iniciativas coletivas, voltadas para o debate e concepção da realidade de maneira crítica, como meio de resistência às compreensões, medidas e ações envolvidas pela imediaticidade e senso comum, permeadas por uma visão conservadora. Foi observado no cotidiano do estágio curricular que o tensionamento entre crítica e imediaticidade, constantemente, expressou a insatisfação que as assistentes sociais do CRAS sentiam no decorrer dos atendimentos, pois verificavam a necessidade de tornar a prática profissional mais comprometida com a perspectiva que rege o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta busca e formas de análise do cotidiano profissional estão em sintonia com a percepção de Martinelli (2016) ao salientar a importância de não sucumbirmos ao “ardil do capital” que busca promover entre as profissões e profissionais a competição, ao invés de serem pensadas em sua capacidade, contribuições e conhecimento, ou seja, a profissionalidade. Segundo Martinelli (2016), a falta de atenção para estes aspectos facilita o fortalecimento de leituras endógenas do Serviço Social, propiciando uma

análise acrítica, a-histórica e desconectada da realidade social vivida, pois desconsidera a correlação de forças própria a sociedade capitalista.<sup>13</sup>

Nesse sentido, a perspectiva histórico-crítica no Serviço Social busca romper com esta forma de apreensão, salientando que a leitura a ser empreendida sobre a realidade social precisa ser feita de modo atrelado às relações sociais, contextualizadas na sociabilidade capitalista. Concepção que dialoga com as análises de Closs (2015), a partir de Guerra (2004) e Lara (2009), quando diz

[...] é a tradição marxista que permite a compreensão das próprias “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão (Guerra, 2004, p. 26)”, que consistem na compreensão da forma de ser do Serviço Social na realidade, superando suas expressões imediatas e explicações endógenas, para alcançar, a partir do recurso à totalidade e à história, a compreensão do seu significado social. Para Lara os Fundamentos do Serviço Social “têm como maior preocupação compreender a produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa, principal inquietação de estudo dos referidos autores dessa tradição” (Lara, 2009, p.44). Sua produção destaca os principais pensadores que vêm marcando presença na interlocução do Serviço Social com o marxismo. (Closs, 2015, p. 42)<sup>14</sup>

Assim, notamos que o método e a teoria marxista apresentam-se como matriz explicativa que embasa as principais construções teóricas contemporâneas do Serviço Social. Vale lembrar que este apontamento tem raiz na busca da categoria de abordar o Serviço Social como objeto de pesquisa nos anos de 1980. Conforme Iamamoto (2000), “assim sendo, tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social [...], se solidificaram, tomando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão.” (Iamamoto, 2000, p. 50)

A respeito deste tempo histórico, Iamamoto (2000) sublinha que

a década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Iamamoto, 2000, p. 49-50)

---

<sup>13</sup> Análises tecidas a partir da palestra da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli proferida, no ano de 2016, em comemoração aos 80 anos do Serviço Social Brasileiro. A referida palestra está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9v7mP9sCGPO> – acessada em 18/02/24.

<sup>14</sup> CLOSS, T. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES NOS PERIÓDICOS DA ÁREA IN: “Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social”, UFSC, ano 2015. Disponível em: [https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_2\\_255.pdf](https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_255.pdf) - acessado em 18/02/24.

Com base nas reflexões de Yamamoto (2000), podemos perceber que o Serviço Social recebeu profunda influência dos fatos sociais que culminaram nas transformações sociais e democráticas, na década de 1980, em solo brasileiro. E mais, implicando-se nesse movimento, propiciou contribuições importantes no processo de luta da democratização da sociedade brasileira conforme nos diz Yamamoto (2000, p. 50):

esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor, entre outras manifestações, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tomaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

Análise, investigação, ciência, produção de conhecimento, técnica e intervenção são vocábulos que em interação, entre outros aspectos, remetem a articulação entre a teoria e a prática, enquanto unidade. Perceber esta unidade em sintonia, com o processo histórico-social e político da profissão, como área de conhecimento, deparamo-nos com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que estruturam o Serviço Social de modo indissociável. Closs (2015) as identifica como dimensões essenciais da profissão e a formação profissional na área é concebida como ponto de partida. Para pensar os Fundamentos do Serviço Social

tem como contextualização histórica e teórica o amplo processo de debates desencadeado em torno da revisão das diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, desde o currículo de 1982 ao atual projeto de formação profissional de 1996 (ABEPSS, 1996a). Ou seja, o processo coletivo de debate e de definição dos eixos centrais, que necessitam fundamentar a formação profissional, explicita as principais tendências do debate teórico-metodológico sobre a profissão na atualidade. Este debate, sem dúvida, tem suas raízes na vertente crítica do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2004), que ao longo dos 1980 e 1990 aprofunda-se, marcando decisivamente a influência da teoria social marxista na profissão, ultrapassando as lacunas da apropriação inicial desta fonte de pensamento. (Closs, 2015, p. 32)

Nesse sentido, precisamos ter atenção ao destaque dado, por Yamamoto (2000, p. 52), quando indica a pertinência de termos clareza dos pressupostos que alicerçaram a busca de solidificar “[...] novos pilares para o exercício profissional e os desvios de rota

verificados.” Estes pressupostos se expressam nas dimensões essenciais da profissão conforme mencionado acima. Segundo Iamamoto (2000),

o primeiro pressuposto é o de que a apropriação teórico-metodológica no campo das grandes matrizes do pensamento social permitiria a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional. A primeira assertiva é que a *busca de novos caminhos passaria por uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica* [grifos da autora]. (Iamamoto, 2000, p. 52)

Deste modo, a dimensão teórico-metodológica busca prover, sustentar e fundamentar o embasamento teórico da profissão, abrangendo todo o arcabouço teórico existente, como leis, diretrizes, parâmetros, resoluções, literatura e etc. Esta dimensão nos provoca a superação do senso comum e das aparências, tendo em vista a contribuição na transformação da realidade social, a partir de subsídios que possibilitem o (re)conhecimento das demandas e necessidades dos/as usuários/as e das instituições, por exemplo, para podermos desenvolver a intervenção.<sup>15</sup>

Iamamoto (2000) elucida que o segundo pressuposto refere-se à dimensão política da profissão.

O segundo pressuposto é de que o engajamento político nos movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria garantiria - ou seria uma condição fundamental para tanto -, a intervenção profissional articulada aos interesses dos setores majoritários da sociedade. A segunda afirmativa é o reconhecimento da dimensão política da profissão e as suas implicações mais além do campo estrito da ação profissional, pensada a partir da inserção nos movimentos organizados da sociedade. (Iamamoto, 2000, p. 52)

Nesse sentido, podemos observar que a dimensão ético-política firma e apresenta o entendimento da profissão quanto à direção que segue e persegue desde o período da reconceituação na década de 1980, ao buscar romper com o pensamento conservador no Serviço Social, o qual se pretendia a-político, neutro e conservador naquela época. Foi no momento da reconceituação em que a categoria assume uma postura mais politizada associada à escolha de se unir a classe trabalhadora, percebendo-se nessa condição. De modo crítico, político e posicionado, o Serviço Social passa a se inserir na realidade em busca de desenvolver uma intervenção mais eficiente e consciente das desigualdades e seus processos estruturais e de expressão.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Reflexões extraídas das anotações realizadas na disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos III do Serviço Social, ministrada pela Profa Thaísa Closs em 2020/2 e da aula proferida pelo assistente social Adriano Felipe em seu canal do youtube disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxxRgMgImlw> – Acessado em 17/02/2024.

<sup>16</sup> Idem a nota de rodapé nº 15.

Por conseguinte, olhar para este processo e dimensão destaca a relevância da reforma curricular de 1982 que ocorreu em pleno movimento de reconceituação. Esta foi um marco para profissão pelos avanços conquistados e desafios enfrentados em um contexto de pós-ditadura.

Oliveira e Chaves (2017) salientam que, com o Código de Ética de 1986,

a ética passa a ser entendida no movimento dinâmico da história, determinado pelas relações sociais de produção. Dessa forma, o Código de Ética compõe-se não apenas de elementos que embasam a formação profissional no campo do dever ser, mas de elementos referentes ao exercício profissional. O compromisso com a classe trabalhadora se apresenta como o princípio da nova ética, que a partir desse código aponta para a necessidade de superação da visão acrítica, que se coloca acima dos interesses de classe e acredita em valores universais. Esse entendimento contido no código configura uma oposição ao neotomismo, aproximando-se do pensamento marxiano, defendido pela vertente de intenção de ruptura, cuja politização demarca o posicionamento da prática profissional, voltada aos interesses dos usuários, entendidos como sujeitos históricos pertinentes a uma classe social. (Oliveira; Chaves, 2017, p. 155)

A inclusão da pesquisa no currículo apresentou-se como importante acontecimento junto com o aprimoramento do conhecimento metodológico da formação, ao abrir mão da metodologia de caso, grupo e comunidade e buscar a visão mais crítica a partir do relacionamento entre história, teoria e método. De fato, incorporar ao campo de conhecimento do Serviço Social a perspectiva da teoria social crítica, com base em Marx, apresenta-se como importante movimento de maturidade para profissão, quando nos fundamentamos nas categorias de análise de Marx no que tange ao trabalho e a divisão sociotécnica do trabalho.

A partir desse referencial denso, Iamamoto (2018) aponta que o Serviço Social se situa na esfera da reprodução social, sendo essa categoria para Marx uma continuidade da produção, que se recria ao decorrer do processo, ou seja, há uma aproximação entre a esfera da produção e da reprodução, onde a força de trabalho estaria imbricada de modo muito particular nesse processo. Essa compreensão teórica inaugura o entendimento do serviço social como uma área de atuação que na sociedade capitalista vive em contradição, tendo seus agentes como reprodutores de relações sociais de classe. Analisar este aspecto valendo-nos do acúmulo reflexivo que a nossa profissão tem produzido e aprimorado ao longo dos anos, ressalta o valor da memória histórica para se olhar as singularidades do presente, entendendo que vivemos constantemente sob o risco do trabalho que desenvolvemos servir de mecanismo do Estado e da classe

dominante com vistas ao aprimoramento da reprodução da sociedade capitalista, a partir de uma intervenção conservadora nas expressões da questão social.<sup>17</sup>

Assim, a dimensão ético-política do Serviço Social, por conseguinte, ressalta a construção crítica e caminho de amadurecimento da profissão buscando uma intervenção posicionada, consciente e mais eficiente diante da realidade e conjuntura. Nesse sentido, apontar estes aspectos salienta a pertinência de conhecer e ter consciência da dimensão ética da/na profissão para entender, absorver e pôr em prática o projeto ético-político da profissão. Assim, dominar o Código de Ética do Serviço Social de modo consciente e crítico fortalece a postura ética da/na categoria no percurso de defesa dos direitos sociais e dos direitos e deveres dos/as assistentes sociais.

Em relação ao terceiro pressuposto, Iamamoto (2000, p. 52) sublinha que “[...] o aperfeiçoamento técnico operativo mostra-se como uma exigência para uma inserção qualificada do Assistente Social no mercado de trabalho.” Logo, a dimensão técnica-operativa trata do aprimoramento da habilidade técnica a ser empregada, em sintonia, com as necessidades e demandas do atendimento, situação e contexto social, buscando saber escolher o instrumento técnico, tendo em vista uma intervenção qualificada. <sup>18</sup> No entanto, Iamamoto (2000) nos alerta que “[...] o privilégio da eficiência técnica, se considerado isoladamente, é insuficiente para propiciar uma atuação profissional crítica e eficaz. Ao se descolar dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político poderá derivar em mero tecnicismo.” (Iamamoto, 2000, p. 54)

A dimensão técnica-operativa salienta a importância do objetivo de conhecer, se apropriar de habilidades técnicas que proporcionem uma ação profissional crítica, investigativa e interventiva junto aos/as usuários/as. A postura investigativa é demarcada pela pesquisa. Para Iamamoto, (2000)

o que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social. (Iamamoto, 2000, p. 55)

---

<sup>17</sup> Reflexão extraída do trabalho realizado, em dupla, com a colega Maiara Cagliari, para disciplina de Trabalho e Serviço Social, ministrada pela Profa Tatiane Reidel em 2021/1.

<sup>18</sup> Idem as notas nº 15 e 16.

Esta dimensão sob o ponto de vista da construção deste trabalho de conclusão de curso, também, remete a importância da categoria mediação no processo de apreensão da realidade, pois articula a teoria e a realidade, possibilitando o entendimento das diferentes determinações sociais e das tensões que permeiam os processos de trabalho dos espaços sócio-ocupacionais onde nos inserimos, considerando interesses, necessidades e direitos de usuários/as e das instituições empregadoras. Para Marx, as categorias expressam formas do modo de ser e aspectos de uma sociedade sendo históricas e ontológicas (Netto, 2011). A teoria e as categorias de análise visam reproduzir o real, elas são ontológicas justamente, porque são movimentos do real, ou seja, buscam o conhecimento da realidade, como ela é de fato, como escreve Netto: "a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)" (Netto, 2011, p.21).<sup>19</sup>

Assim, o método marxiano orienta que partamos da realidade humana, da práxis humana. Masson (2007, p. 105) sublinha que este método é adequado, "[...] na medida em que nos possibilita compreender melhor as contradições da sociedade capitalista." Segundo Masson (2017) "a obra marxiana é uma pesquisa das relações econômico-políticas, por isso Marx dedicou-se ao conhecimento do homem nos planos sociológico, econômico e político." (Masson, 2007, p. 105)

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (Frigotto, 2001, p.77 apud Masson, 2007, p. 106)

Masson (2007, p. 109) conclui que "o objetivo de Marx, ao desenvolver o método materialista histórico-dialético, é apreender, desvelar a produção e transformação do ser social que se produz na forma do capital."

A mediação é movimento de abstração e investigação da aparência e do real, da particularidade e da totalidade. Esta categoria, desse modo, trata da reflexão do real de modo dialético, histórico, social e determinado para compreensão da intervenção do homem na prática social. A essência da realidade é o movimento e essa é a mediação que articula a lógica de todo método que é dialético. Movimento entre o singular que é o imediato, para o que é universal, relacionado às tendências históricas determinadas socialmente, para capturar a particularidade dentro da totalidade através de leis

---

<sup>19</sup> Idem a nota nº 17.

tendências. Em nossa profissão, a mediação é uma categoria essencial para qualquer análise, não podendo ser entendida como um “ato isolado” e sim como prática presente em todas as ações, pois <sup>20</sup>

a realidade é concreta exatamente por isso, por ser a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso, que é a própria totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto que constitui a realidade. (Netto, 2011, p.44)

Essa compreensão da totalidade é indissociável ao trabalho do/a assistente social que em um contexto de precarização das condições de trabalho, confronta-se com o projeto ético político da categoria que demanda ao profissional refletir sobre formas de resistência que permitam a efetivação dos direitos da classe trabalhadora. É nesse sentido que o profissional assistente social enfrenta no seu cotidiano uma tensão entre o projeto ético-político profissional, vinculado a construção de ordem societária voltada à emancipação da classe trabalhadora, e sua condição de trabalhador assalariado que não possui controle sobre as condições e meios de trabalho que lhe são necessários.<sup>21</sup>

De acordo com Iamamoto (2012), os/as assistentes sociais dispõem de uma relativa autonomia para efetivar o seu trabalho, pois depende “[...] na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços [...]”. É pertinente sublinhar que são estas que fornecem os meios e recursos para realização do acesso. As instituições não podem ser entendidas como um condicionante a mais do trabalho do/a assistente social, pois organizam o processo de trabalho que participamos. (Iamamoto, 2012, p. 62), <sup>22</sup>

Indubitavelmente, o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social e suas múltiplas expressões que podem ser identificadas, a partir do questionamento acerca do que precisamos resolver, colaborar para a transformação, ou como as expressões da questão aparecem na vida dos usuários. Como bem salienta Closs e Scherer (2017)

a escolha do instrumental, a definição de estratégias interventivas, além de fundar-se na clareza de finalidade ético-política, também é ancorada na dimensão teórico-metodológica da competência profissional, no conjunto de conhecimentos acionados na análise da realidade institucional e societária, dos processos sociais vivenciados pela população usuária e das refrações da questão social nos mesmos. (Closs; Scherer, 2017, p. 44)

---

<sup>20</sup> Idem a nota nº 17 e 19.

<sup>21</sup> Idem nº 17, 19 e 20.

<sup>22</sup> Idem nº 17, 19, 20 e 21.

O/a assistente social é aquele/a profissional que empreende conhecimento sobre a questão social, buscando apreender as suas manifestações na realidade dos sujeitos. Matéria prima do nosso trabalho pode-se dizer que a questão social explica a necessidade de haver políticas sociais. As políticas sociais são possibilidades de resposta às expressões de desigualdade, o que se coloca como forma de resistência junto à questão social.

Iamamoto (2012) ressalta:

O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, as gêneses das desigualdades sociais, em um contexto em que a acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social. (Iamamoto, 2012, p. 59)

O trabalho que o/a assistente social desenvolve nos espaços sócio-ocupacionais acaba intervindo e produzindo mediações entre os direitos dos/as usuários e as demandas institucionais, pois interfere na correlação de forças existente entre a classe dominante e as classes subalternizadas.

Individualismo, imediatividade e senso comum contribuem de forma ampla para consolidação do argumento aparente de não haver contradição entre acumulação de riqueza e coesão social. Iamamoto (2001) provoca-nos a pensar em alternativas para o enfrentamento desta realidade, ao salientar a pertinência da construção do debate coletivo, preocupado com a compreensão e identificação de estratégias que visem o enfrentamento e a defesa dos direitos humanos e sociais. Este desafio se coloca para todos e todas, nós profissionais e cidadãos/ãs.

Instigar reflexões acerca dos mecanismos que estruturaram e, ainda, estruturam os valores capitalistas na sociedade, na intenção de desenvolvimento de uma análise coletiva, com o cuidado de sublinhar a possibilidade de construirmos uma realidade diferente, inspirou e deu sentido a execução do projeto de intervenção, tendo a acolhida coletiva como espaço. A sua realização propiciou a lapidação da compreensão de uma dimensão do trabalho do/a assistente social que se evidenciou como um conectivo, uma mediação entre a intervenção realizada pelo Serviço Social e a realidade onde o CRAS está inserido, com atenção às possibilidades de repercussão e alcance do acesso à informação no âmbito individual e coletivo.

Este conectivo apresentou-se como contribuição para construção da vivência cidadã, fortalecendo o referido espaço sócio-ocupacional no diálogo entre trabalhadores/as, usuários/as, comunidade e realidade social, manifestando o comprometimento profissional com a ética e a crítica, ao expressar a dimensão (sócio)pedagógica do nosso exercício profissional. Reflexão que se conecta com a observação de Souza (2020, p. 14), ao destacar a necessidade de refletirmos sobre o trabalho dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social não como apenas operadores/as institucionais desta política social.

Nesse sentido, cabe elucidar a dimensão sociopedagógica, enquanto interessante achado da experiência do estágio curricular. Esta concepção nasceu da percepção entre o diálogo interessante entre a dimensão pedagógica do trabalho do/a assistente social, considerando as suas contribuições na articulação das três dimensões essenciais da profissão, sobretudo, na dimensão teórico-metodológica, e a aproximação com a pedagogia crítica de Paulo Freire.

Quando e como essa aproximação se manifesta? Quando buscamos efetivar estratégias que visem a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, de modo articulado a um projeto de sociedade que tenha princípios, valores e direitos, voltados à emancipação humana como horizonte. Segundo Mota (2021), olhar para estes elementos é valorizar o elemento progressista da nossa profissão, considerando a dimensão política e ética do Serviço Social de modo associado às lutas e necessidades das classes trabalhadoras e subalternizadas.

Por conseguinte, a dimensão sociopedagógica da profissão revela-se na medida em que nos formamos para informar sujeitos e para formar novos sujeitos, visando novas possibilidades, novas trocas e possibilidades de diálogo entre nós e usuários/as, entre nós e serviços. Para Mota (2021), portanto, a dimensão pedagógica da profissão manifesta-se “[...] seja na mediação do exercício de direitos, seja na instrumentalização do acesso a bens, serviços e políticas, ou mesmo na identificação de necessidades (subsumidas ou não à pandemia) que requerem novos meios de proteção e atuação pública do Estado.” (Mota, 2021, p. 60)

Essa mediação se dá quando trabalhamos na promoção da universalização do acesso aos serviços, contribuindo no processo de seleção, ingresso e participação de programas e políticas sociais; na forma do atendimento, ou seja, o que avaliamos, os critérios que estabelecemos e a forma que orientamos a população para acessar

determinado serviço e construção do seu relacionamento com este. Portanto, estamos a serviço da democracia, disponibilizando suporte material nas instituições de cunho educativo, a partir de questionamentos para garantia e fortalecimento dos direitos sociais.

Ao refletirmos sobre a importância da educação, na origem da pedagogia em Freire, percebemos a existência do direcionamento para uma concepção de classe, a classe trabalhadora, quando propõe uma educação para além do ensino, visando uma experiência social analítica, questionadora e que busque romper com as opressões de classe, raça e gênero. Segundo Freire (1997),

[...] a cidadania, sobretudo numa sociedade como a nossa, de tradições tão autoritárias e discriminatórias do ponto de vista do sexo, da raça e da classe, a cidadania é mesmo uma invenção, uma produção política. Neste sentido, o exercício pleno da cidadania por quem sofre qualquer das discriminações ou todas a um só tempo não é algo de que usufruam como direito pacífico e reconhecido. Pelo contrário, é um direito a ser alcançado e cuja conquista faz crescer substantivamente a democracia. A cidadania que implica o uso de liberdade – de trabalhar, de comer, de vestir, de calçar, de dormir em uma casa, de manter-se e à família, liberdade de amar, de ter raiva, de chorar, de protestar, de apoiar, de locomover-se, de participar desta ou daquela religião, deste ou daquele partido, de educar-se e à família, liberdade de banhar-se não importa em que mar de seu país. A cidadania não chega por acaso: é uma construção coque, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma cochicação da cidadania e para ela. (Freire, 1997, p.79)

A relação entre transformação social e educação é de profunda intimidade, porque sem a educação essa transformação não se efetiva.

É que, ao pôr em prática um tipo de educação que provoca criticamente a consciência do educando necessariamente trabalhamos contra alguns mitos que nos deformam. Ao contestar esses mitos enfrentamos também o poder dominante pois que eles são expressões desse poder, de sua ideologia.” (Freire, 1997, p. 38-39)

Esta educação é a educação que busca contribuir na emancipação coletiva dos sujeitos, visando alcançar a ruptura com as opressões específicas e funcionais ao sistema capitalista. Se analisadas de maneira crítica, podem ser desvendadas através de uma prática educativa que compreenda a educação como instrumento de ruptura, com o conservadorismo.

Brandão e Fagundes (2016) buscam discutir a proposta de cultura e educação popular, desenvolvida por Paulo Freire, a partir de 1960, ao pensar o sistema de educação desde a alfabetização a universidade. Alicerçados na perspectiva de Freire, procuram identificar e problematizar as “[...] possibilidades de transição para uma

educação transformadora ou humanizadora [...]”. Salientam que o pensamento de Freire nos convida a olhar e analisar a educação para além da concepção entendida como tradicional, pois ponderam que a cultura “[...] em suas múltiplas expressões e a educação eram, ou ainda são, utilizadas como recursos pedagógicos para transferir a setores populares conhecimentos eruditos, carregados da lógica dominante.” (Brandão; Fagundes (2016, p.89)

De acordo com Brandão e Fagundes (2016) a educação popular é um projeto político educacional voltado à conscientização e politização das classes populares, com a intenção de construir a superação da dominação do capital, transformando as relações de poder e da vida no país, pelas mãos do povo. Essa nova concepção de educação apresenta-se como “[...] método dialógico, ativo, participativo, crítico e criticizador sobre a vida, suas relações com o meio e sua percepção com o sujeito ativo, tendo a cultura como resultado do seu trabalho.” Nesse sentido, a tomada de consciência acerca da realidade brasileira ocorre pelo caminho da construção de uma visão de totalidade, desindividualizando os problemas, as desigualdades, buscando compreensão e estratégias em ações coletivas. (Brandão; Fagundes, 2016, p.93)

Para a disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, ministrada pela Profa. Solange Silva, no semestre de 2023/2, elaborei uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a realização de um levantamento de assistentes sociais que se propõem discutir a dimensão pedagógica da profissão. Essa pesquisa resultou na construção de um banco de dados que precisa ser analisado de modo mais pormenorizado e com profundidade. Contudo, nesse processo ainda inicial, pude observar que não há consenso na categoria, acerca da expressão a ser usada para nomear a conexão existente entre a educação e o Serviço Social em nosso exercício profissional.

Com base na pesquisa referida buscou-se verificar como a categoria profissional aborda o assunto da dimensão sociopedagógica na produção de conhecimento do Serviço Social, foi possível perceber o uso de expressões como: “dimensão pedagógica” em Mota (2021) Souza (2020) e Tolentino (2017). Já a expressão “ação pedagógica” foi verificada em Yazbek (2009) e a expressão “dimensão socioeducativa” em Eiras (2012), Jacinto (2017), Rodrigues e Holanda (2022), assim como em Vargas (2014). Por fim, foi identificado o uso de “função pedagógica” por Abreu (2009, 2016) e “prática pedagógica” em Jacinto (2017). A produção da pesquisa citada visou discutir e analisar a conexão e relação entre pedagogia da emancipação e Serviço Social que vem se

desenvolvendo ao longo dos anos. Souza (2020, p. 59) acerca do exercício profissional na contemporaneidade, destaca que, principalmente, após o golpe de 2016, “[...] parece não haver consenso na categoria, quando [se fala] da dimensão pedagógica do Serviço Social”. Podemos inferir que este cenário está atrelado a expansão da influência do pensamento conservador nas instituições públicas e privadas a partir da ascensão do governo Temer e seus aliados.<sup>23</sup>

A partir da minha experiência de estágio curricular, foi possível de identificar a dimensão sociopedagógica, no processo de tornar mais evidente a importância dos sujeitos sentirem-se implicados a olhar a realidade para além das aparências, buscando desenvolver a sua compreensão crítica, no debate e trocas de modo articulado com outros sujeitos. Esse diálogo entre a dimensão pedagógica do Serviço Social [lembramos da nossa defesa sob a perspectiva sociopedagógica da profissão] e a pedagogia crítica de Paulo Freire territorializa-se, portanto, na vontade de desenvolver um trabalho educativo que coletiviza sujeitos, vivências e necessidades individuais e coletivas.

Souza (2020) dedicou-se a pensar a dimensão pedagógica do Serviço Social, buscando percebê-la nas inúmeras formas de mediação do trabalho profissional no cotidiano, sob a “[...] perspectiva de entender como a dimensão educativa e política se inserem e se expressam no cotidiano profissional.”

Desse modo, provocados pela observância empírica da prática profissional cotidiana, suscitou motivação para estudar a dimensão pedagógica do Serviço Social e as formas de mediação no cotidiano profissional, em que a prática institucionalizada do Serviço Social, por vezes, tolhe a intervenção profissional, fazendo com que os assistentes sociais sejam meros operacionalizadores de serviços. (Souza, 2020, p. 18)

Amparando-se em Abreu e Cardoso (2009), Souza (2020) reflete sobre a função pedagógica do Serviço Social de modo a destacar o contexto e origem desta discussão no período da década de 1980, pois “[...] emergem na profissão às práticas pedagógicas vinculadas aos interesses das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda humanidade – base do Projeto Ético-Político do Serviço Social.” (Abreu; Cardoso, 2009, p.01) apud (Souza, 2020, p. 18)

---

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que a bibliografia citada neste parágrafo foi encontrada através da pesquisa realizada para disciplina de Pesquisa II. Contudo, Eiras (2012), Mota (2021) e Yazbek (2009) formam bibliografias sugeridas.

Abreu e Cardoso (2009) propõem-se em refletir sobre

[...] a função pedagógica desempenhada pelo assistente social na sociedade, considerando as práticas educativas construídas no desenvolvimento da intervenção profissional, com destaque para os processos de **mobilização social e organização**, a partir da perspectiva das *classes subalternas* [grifos da autora]. (Abreu; Cardoso, 2009, p.01)

Tendo a intenção de elucidar a função pedagógica do/a assistente social, Abreu e Cardoso (2009) destacam que esta materializa a prática profissional, caracterizando-se

pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade. (ABREU, 2002 apud ABREU; CARDOSO, 2009, p.04)

Com base nas reflexões empreendidas por Souza (2020), as quais dialogam de forma interessante com a minha experiência de estágio curricular, ao manifestar a sua motivação de contribuir na superação da imediatividade, através de uma saída alicerçada em uma percepção crítica. Nesse sentido, Souza (2020) concebe a dimensão pedagógica na prática profissional, através de uma observação empírica ao dizer que “[...] a prática institucionalizada do Serviço Social, por vezes, tolhe a intervenção profissional, fazendo com que os assistentes sociais sejam meros operacionalizadores de serviços.” (Souza, 2020, p. 18)

Portanto, Souza (2020) indica a ação política como saída crítica para superação da imediatividade, percebendo-a como espaço de transformação social. Com base em Mazzeo (2015), Souza (2020) que diz “[...] pensar em ação política como núcleo de transformação social sob a ótica marxista, pressupõe um processo de educação em movimento permanente.” (Souza, 2020, p. 18)

Nesse sentido a dimensão sociopedagógica do Serviço Social na acolhida coletiva dialoga com nosso interesse em convidar e vincular os/as usuários/as propondo de estarem mais perto do equipamento no sentido de conhecê-lo, apresentar a política de assistência social em diálogo com a rede existente no Município e abordar os serviços e benefícios que podem ser acessados a partir do CRAS. Contudo, a acolhida coletiva também levou o CRAS para a comunidade. Essa aproximação se revelou nas trocas das atividades, porque os/as usuários/as geralmente, comentavam sobre o cotidiano nos bairros e traziam informações de situações de vizinhos/as e familiares que não podiam se locomover até o serviço, sendo canais ao tornar demandas visíveis para o equipamento.

Esse foi um dado bastante importante. Como o equipamento situa-se na região central do Município, as pessoas que moravam/moram na zona rural tinham muitas dificuldades para acessar o equipamento. O valor da passagem sempre foi uma questão de debate entre os/as usuários/as na acolhida coletiva, pois o transporte público que serve o Município é de empresa privada e também atende o Município vizinho. Os horários espaçados forçavam os/as usuários/as a deslocarem-se por meio de bicicleta, a pé, caronas e os famosos carrinhos que cobravam o mesmo valor da passagem do ônibus.

Este problema é de longa data no território. No entanto, estas discussões sobre a realidade local impulsionaram, por exemplo, o aumento das visitas domiciliares, fortalecendo as reivindicações das trabalhadoras de manter o carro, que é recurso do CRAS, para o CRAS. Com frequência, o carro do CRAS era emprestado para outros serviços da assistência social. Também, contribuíram na articulação e comunicação com outros equipamentos importantes para comunidade, como escolas municipais, unidades de saúde e o conselho tutelar. Cabe sublinhar que, a partir do território, é possível conhecer a realidade da população e algumas dificuldades enfrentadas.

Instigar reflexões acerca dos mecanismos que estruturaram e ainda estruturam os valores capitalistas na sociedade, na intenção de desenvolvimento de uma análise coletiva, com o cuidado de sublinhar a possibilidade de construirmos uma realidade diferente, inspirou e deu sentido a execução da intervenção no período do estágio curricular. (Relatório Final de Estágio Curricular, abril/2023)

Pensar, por conseguinte, na dimensão sociopedagógica do exercício profissional, conectou-se ao que Eiras (2012) aborda sobre o “[...] trabalho socioeducativo realizado grupalmente.” O seu universo de análise envolveu os CRAS da cidade de Juiz de Fora para refletir sobre as demandas sócio-ocupacionais que envolveram a implementação da Política de Assistente neste Município. (Eiras, 2012, p. 127)

A respeito da função (dimensão) pedagógica do trabalho do/a assistente social, Eiras cita outras autoras que se refletem sobre o assunto, visando a interlocução e reafirma que <sup>24</sup>

as demandas sócio-organizacionais, as quais expressam as requisições da organização/instituição para o Serviço Social (MOTA, 1998) contêm elementos que atribuem ao/a assistente social uma função pedagógica (Abreu, 2002), socioeducativa, seja de esclarecimento, seja de repasse de informações, atuação na alteração de hábitos e condutas, seja de mobilização

---

<sup>24</sup> Cabe lembrar que Eiras (2012) aborda a dimensão pedagógica da profissão sob a ideia de função. Esta é a forma em que a autora se expressa.

para participação ou de formação política para efetivo exercício da cidadania e/ou para a luta e enfrentamentos sociais, tendo como horizonte as possibilidades e necessidades de transformação social. (Eiras, 2012, p. 128)

Nesse sentido, é relevante dizer que as respostas que o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social ocorrerão através da conexão com o projeto profissional, tendo como base os conteúdos do referencial teórico-metodológico e ético-político apresentado nesse projeto. Outro aspecto sublinhado por Eiras (2012) refere-se à mediação sócio-ocupacional assinalando os vários atravessamentos que se dão no serviço no que tange o modo de gestão e funcionamento adotados, bem como a autonomia relativa do trabalho que desenvolvemos, pois somos trabalhadores/as assalariados/as e dependentes de empregador/a, seja instituição pública, seja instituição privada.

Segundo Eiras (2012), portanto, o funcionamento da sociedade capitalista molda a nossa inserção e o nosso trabalho, sendo pertinente ressaltar o seu duplo caráter contraditório ao expor a exploração que sofremos e, ao mesmo tempo, a percepção crítica do sentido que isso expressa. (Eiras, 2012, p. 128-129)

A análise de Eiras (2012) nos instiga a pensar sobre os “projetos socioeducativos” produzidos no processo de articulação coletiva desenvolvida no contexto do CRAS, considerando a socialização que esta articulação necessita apresentar no que se refere ao acesso à informação e ao serviço. Por conseguinte, os conteúdos sociopedagógicos estão profundamente imbricados aos “projetos socioeducativos”.

Devemos ter atenção na relação entre o projeto socioeducativo e o trabalho profissional com grupos, pois poderá reproduzir o status quo nos papéis exercidos pelo/a coordenador/a e os participantes, “[...] sem que as funções sócio-organizacionais sejam analisadas e sem que a própria inserção dos/as participantes (ou usuários/as dos serviços) na organização/instituição e na sociedade seja conseqüentemente problematizada”. (Eiras, 2012, p. 131)

Dito isso, Eiras (2012) aponta o contexto de origem de uma dificuldade concreta e compreensível manifestada pelos/as profissionais e pelos/as estagiários/as na intervenção com os grupos nas diversas ações socioeducativas. Trata-se da adesão dos/as participantes ao trabalho socioeducativo. Em sua análise, Eiras (2012) destaca que algumas

[...] requisições sócio-organizacionais presentes no PAIF respondem a algumas das necessidades reais dos/as usuários/as, mas expressam um

conteúdo sócio-pedagógico conservador, ao perpetuar a apreensão individualizada sobre os problemas apresentados pelos/as usuários/as. (Eiras, 2012, p. 128)

Com base nesta constatação, Eiras (2012) desenvolve uma análise interessante sobre a diferença entre a “pedagogia da ajuda” e “pedagogia da emancipação”. Indica-nos alguns caminhos sobre como incorporar ao trabalho profissional a pedagogia da emancipação, tendo como fundamento a perspectiva crítico-dialética, ao trabalhar os conteúdos manifestados pelos/as usuários/as, compreendendo-os em sua relação com a totalidade da realidade social e explorando a construção de alternativas, reflexões e entendimentos com os sujeitos. (Eiras, 2012, p. 139-151)

Tanto o momento coletivo, como o particularizado da acolhida, demandaram a instrumentalidade do Serviço Social. E a linguagem é um recurso básico de trabalho para promoção de comunicação. Sousa (2008) salienta “[...] é a partir das formas de comunicação que se estabelecem no espaço das instituições onde trabalha o Assistente Social que este profissional poderá construir e utilizar instrumentos e técnicas de intervenção social.” (SOUSA, 2008, p.125)

Segundo Sousa (2008),

[...] é primordial que o Assistente social saiba falar e escrever corretamente, bem como comunicar-se articuladamente. Isto é criar uma identidade social de um profissional competente, que articula teoria e prática, e que detém uma forma coerente de pensar e de expressar o pensamento. (Sousa, 2008, p.125-126)

O conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social e as nossas análises precisam superar argumentos que reforçam a naturalização das desigualdades sociais, que é tão conveniente ao pensamento conservador. A nossa implicação neste processo requer a criação de estratégias para um diálogo compreensível com o/a usuário/a, condição que exige lapidarmos a dimensão sociopedagógica dos instrumentos técnico-operativos para intervenções mais concretas e cientes da não neutralidade do nosso trabalho. Isso nos demanda clareza dos princípios preconizados pelo nosso Projeto Ético-Político (PEP).

Nesse sentido, é necessário referir que a seara do diálogo entre a dimensão sociopedagógica do Serviço Social e a pedagogia da emancipação se dá na intenção de desenvolver um trabalho educativo, com potencial crítico e transformador que contribua na coletivização dos sujeitos e pautas sociais, a fim de elucidar vivências e questões

concretas do cotidiano, no âmbito coletivo e individual, atendendo a perspectiva de projeto societário que o Serviço Social se vincula e defende.

Ao refletir sobre a perspectiva pedagógica da emancipação, em nossas intervenções, percebemos e reconhecemos a potência da educação popular na concepção de Freire (1997), quando diz que a sua intenção

[...] é mostrar que a tarefa do ensinante, que é também aprendiz, sendo prazerosa é igualmente exigente. Exigente de seriedade, de preparo científico, de preparo físico, emocional, afetivo. É uma tarefa que requer de quem com ela se compromete um gosto especial de querer bem não só aos outros, mas ao próprio processo que ela implica. É impossível ensinar sem essa coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar. (Freire, 1997, p. 08)

Nos momentos coletivos e particularizados da acolhida coletiva, deparamo-nos inúmeras vezes com a necessidade de estabelecer uma escuta e diálogo sensível, com os/as usuários/as, movidas pelo ato de esperar, alicerçado pela troca. Mencionar estes aspectos nos permite identificar conexões com as reflexões de Lewgoy e Silveira (2007) sobre o desenvolvimento da entrevista no trabalho do/a assistente social.

Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a entrevista “[...] é capaz de produzir confrontos de conhecimentos e informações que, pouco depois, irão, de maneira sistematizada e inteligível, ganhar a arena pública e participar, em maior ou menor escala, da construção das sociedades e definição de seus rumos.” Deste modo, a entrevista não pode ser feita de qualquer jeito. É um instrumento que requer um conjunto de formalidades orientado pela ética e respeito no processo de aproximação para abordagem do/a usuário/a. Nesse sentido, é necessário que o/a profissional invista no estabelecimento de vínculo, na produção de diálogo, a partir de uma postura investigativa, escuta qualificada e observação, orientadas por uma postura ética e atenta a identificação das demandas e necessidades dos sujeitos. (Lewgoy; Silveira, 2007 p. 235)

Dessa forma, estamos diante de um elo que se apresenta como conexão fundamental entre o exercício profissional e o projeto ético-político da profissão, ao colaborar e subsidiar, por meio da função sociopedagógica da profissão, a emancipação política dos sujeitos, tendo em vista a emancipação humana. A relação entre transformação social e educação é de profunda intimidade, porque sem a educação essa transformação não se efetiva. Freire (1997) nos diz:

é que, ao pôr em prática um tipo de educação que provoca criticamente a consciência do educando necessariamente trabalhamos contra alguns mitos que nos deformam. Ao contestar esses mitos enfrentamos também o poder dominante, pois que eles são expressões desse poder, de sua ideologia. (Freire, 1997, p. 38-39)

Portanto, e com base em Reidel (2014), podemos salientar que o nosso projeto profissional, bem como nossas intervenções, podem sustentar projetos societários distintos: a visão burguesa que subsidia a ordem capitalista ou compor na construção cotidiana de um projeto societário que fortaleça a classe trabalhadora.

Prates (2003) ressalta que

a relevância dada às estratégias coletivas de intervenção deve-se ao reconhecimento da efetividade da dinâmica grupal, da possibilidade mais significativa de desenvolver processos sociais a partir de identificações entre sujeitos que vivenciam situações similares, de fortalecer alternativas de organização e enfrentamento conjunto, de possibilitar processos de mútua ajuda, partilha de sofrimentos e estratégias de superação, cooperação, solidariedade, veiculação de informações. (Prates, 2003, p. 03)

Esse processo precisa ser orientado pela realização de mediações com a realidade concreta e o exercício do método dialético-crítico na acolhida coletiva denotou a centralidade da categoria mediação no processo de análise, no movimento de abstração e investigação da aparência e do real, que perpassa a singularidade, a particularidade e a totalidade. Para Moraes e Martinelli (s/n), com base em Martinelli (2009), o/a assistente social precisa estar ciente da necessidade de empreender a interpretação da realidade, a partir das relações estrutura, conjuntura e cotidiano, buscando uma reflexão do real de modo dialético, histórico e social, pois

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas. Portanto, diante desse profundo jogo de forças sociais é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico que nada tem de estático ou linear, dessa forma poderemos alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada socialmente. (MORAES; MARTINELLI, S/N, p.02)<sup>25</sup>

O profissional vai adquirindo esta capacidade, ao longo do exercício profissional, aliada a intencionalidade. Mediada pela direção do Projeto Ético-Político da profissão, a

---

<sup>25</sup> MORAES, J; MARTINELLI, M. A importância categoria mediação para o Serviço Social. In: XX SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL. Disponível em <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf> - acessado em 03/3/2024.

intencionalidade deve ser o guia das nossas ações profissionais, ao articular os objetivos profissionais, conduzindo-nos à instrumentalidade. Para Guerra (2000),

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (Guerra, 2000, p.02).

A intervenção profissional precisa ser mediada pelas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, concebidas da competência profissional sob a visão de unidade. Vale ressaltar que as demandas não nascem prontas. É necessário identificá-las, desmistificá-las e decodificá-las, buscando desvendar a real demanda. É necessário escutar os/as usuários/as, com a capacidade de compreender o que é dito, por meio do conhecimento teórico e técnico. Isso envolve um grau de conhecimento da realidade para poder construir e executar a intervenção, além de abertura para explorar e reconhecer a dimensão sociopedagógica do nosso trabalho na acolhida coletiva, e esta como ação e espaço, propicia-nos condições para potencializar nossos instrumentos de trabalho, aliadas ao cultivo da análise crítica.

Nesse sentido, é pertinente sublinhar que tendo a defesa da expressão dimensão pedagógica, acompanhada do prefixo sócio, como forma de demarcarmos o espaço de origem e aplicação da nossa prática profissional e análise, ou seja, a realidade social, em sintonia com o objeto de trabalho do/a assistente social, a questão social.

A minha intenção não é romper com o posicionamento do CFESS/CRESS e de Mota (2021) e das outras autoras mencionadas acima por exemplo. Pelo contrário, proponho essa discussão sobre o prisma de defesa deste movimento, como forma de nos distinguir e distinguir o nosso trabalho de profissionais que integram a área da pedagogia. E acrescento, o nosso objetivo não é estabelecer aproximação na direção da pedagogia social, mas salientar e justificar que as nossas ações pedagógicas não devem ser confundidas ou vinculadas às práticas dos/as pedagogos/as. Apontar estes elementos não significa que não há valorização e reconhecimento das contribuições da área de conhecimento da pedagogia para com o Serviço Social, mas vem da inspiração de refletir sobre o contínuo amadurecimento intelectual da nossa categoria ao adensar na prática profissional o intercâmbio profícuo e potente entre as dimensões ético-política,

teórico-metodológica e técnico-operativa, as quais estruturam o Serviço Social, de modo indissociável.

#### **4. POTÊNCIA E FLORESCIMENTO: diálogos entre a questão étnico-racial e a questão social, no Serviço Social.**

Refletir sobre o percurso e movimento do Serviço Social ao longo da história na sociedade brasileira, buscando apreender as rupturas que a categoria realizou, e ainda realiza, no seu processo autocrítico e analítico, expressa o seu amadurecimento no processo de construção e aprofundamento de conhecimento da área. Esse movimento revela o aprimoramento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na relação de mediação com a dimensão sociopedagógica da profissão, ao propiciar a potenciação no processo de apreensão das contradições entre capital e trabalho, tendo a questão social como resultante.

Prates e Aginsky (2010) sublinham que as

suas refrações se materializam na desvalorização, na miséria, na discriminação, no desemprego, na precarização, na violência contra mulheres, crianças, idosos, moradores de rua, trabalhadores. Além disso, manifestam-se também a partir de movimentos de resistência, como os movimentos sociais e comunitários, como as políticas conquistadas, as iniciativas e organizações populares, constituindo-se, portanto, em um espaço contraditório, pleno de possibilidades de mediação e superação pelo trabalho concreto e coletivo de homens e mulheres. (Prates e Aginsky, 2010, p. 194)

Nesse sentido, Prates e Aginsky (2010, p. 194) salientam que as “[...] desigualdades e resistências assumem características diversas em campos sócio-ocupacionais distintos, em termos de necessidades/demandas e respostas.” Esta análise indica o quanto é valioso nos atentarmos às singularidades de cada contexto dos espaços sócio-ocupacionais, bem como dos/as usuários/as e a minha vivência de estágio demonstrou a importância da perspectiva sociopedagógica da profissão buscar desocultar, debater e tensionar como as opressões de raça/etnia, gênero e classe se manifestam na realidade capitalista, ao abordá-las de maneira implicada e posicionada na sua ação profissional. E o caso de Maria, usuária atendida no serviço em que realizei o estágio curricular, é um exemplo de situação concreta que solicita esta ação por parte

dos/as assistentes sociais para que o conhecimento da área do Serviço Social se amplie, aprofunde e floresça acerca da relação entre questão social e questão étnico-racial.<sup>26</sup>

Maria tem 37 anos, cinco filhos e referiu ter frequentado a 1ª série do Ensino Fundamental. Relatou não saber ler, mas aprendeu a escrever o nome. O seu filho mais velho tem 17 anos e não concluiu o ensino fundamental. Comentou que eventualmente aparece uma faxina para trabalhar. Durante o atendimento, destacou que a pandemia terminou com as oportunidades de emprego. O seu tom de voz embargou, manifestando um sentimento de pesar e angústia, colocando em xeque a sua perspectiva de vida. A supervisora e eu trocamos olhares, tocadas por sua fala. Com intuito de esperaná-la através da análise de alternativas possíveis, a supervisora perguntou se ela tinha experiência em outra área além de serviços gerais. A usuária respondeu negativamente. Na sequência, foi perguntado se ela já trabalhou de carteira assinada nesta área. A usuária explica que nunca trabalhou de carteira assinada. [...] Atualmente a sua fonte de renda é o Auxílio Brasil e busca o CRAS com objetivo de solicitar o benefício eventual de alimentos. Este foi deferido. [...] Antes de encerrarmos o atendimento, destacamos a importância de Maria concluir os estudos para alcançar mais chances de ingressar no mercado de trabalho e conseguir uma oportunidade de emprego. [...] Sugerimos a procura do SINE – Sistema Nacional de Emprego - para verificar vagas de emprego e cursos profissionalizantes que possam lhe interessar. (Diário de campo, julho/2022)

O caso de Maria faz parte do conjunto daqueles que são marcantes na minha vivência enquanto estagiária, desde a minha primeira formação no Curso de Ciências Sociais. Olhar para Maria, mulher negra subalternizada pela sociabilidade do sistema capitalista, é olhar para outras Marias que me são familiares afetiva e consanguineamente. Olhar para Maria é perceber que diante das desigualdades que fortalecem a ordem capitalista, podemos encontrar no ato de estudar condições de resistência e potencializar a solidariedade entre nós e os nossos, com o propósito de romper este ciclo que cotidianamente reforça que somos a imagem da pobreza sem perspectiva de vãos mais altos.

Precisamos analisar o relato do atendimento de Maria sob o prisma da dimensão histórica da sociedade brasileira, em interlocução com o método dialético-crítico, pois expressa o agravamento contínuo vivido pelas classes subalternizadas, tendo o cuidado de não cair nas armadilhas de uma visão homogênea da classe trabalhadora. Somos diversos/as e as formas que as opressões se interseccionalizam em nossos corpos tornam singulares experiências de vida. O conceito de interseccionalidade aqui explorado inspira-se nas análises de quem o cunhou Crenshaw (S/D), no seu artigo, “a Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”. Crenshaw (S/D) tece análises

---

<sup>26</sup> Vale lembrar que o nome da usuária é fictício, visando o cuidado ético com as informações apresentadas e o convite para os/as colegas de profissão perceberem as conexões entre as experiências de diferentes Marias no cotidiano profissão de modo mais amplo.

que nos permitem identificar como a discriminação de gênero e racial operam juntas, possibilitando-nos compreender como as oportunidades de sucesso das mulheres negras são limitadas.<sup>27</sup>

As pesquisas desenvolvidas, por Crenshaw (S/D), buscam pensar as várias formas de desigualdades existentes nas relações sociais e percebe como importante ferramenta de intervenção a construção de políticas de enfrentamento às desigualdades. Nesse sentido, a perspectiva interseccional visa articular experiências diversas sem o intuito de suprimi-las ou hierarquizá-las, mas que sejam consideradas suas especificidades, transversalidades e sobreposições.

É inegável que o agravamento da pobreza no contexto brasileiro complexificou-se com o advento da Pandemia do Covid-19 e, em relação a nossa profissão, Mota sublinha que

a realidade profissional alterada pela pandemia e pelo ultra neoliberalismo é o ponto de partida do nosso desalento e, dialeticamente, também o ponto de partida do enfrentamento dessa realidade, desde que possamos identificar, na capilaridade das demandas, necessidades que exigem novas ações e iniciativas, sintonizadas com as reais necessidades dos usuários e orientadas pelos compromissos ético-técnicos da profissão. (Mota, 2021, p. 60)

Se olhadas a partir de concepção crítica, podemos identificar as diferentes facetas das desigualdades sociais que, dependendo de sua natureza, são manifestações das desigualdades estruturais que fundamentam o sistema capitalista, intercambiadas pelas expressões da questão social, ao revelarem-se cotidianamente nos ambientes sócio-ocupacionais onde os/as assistentes sociais se inserem.

Questões que emergem na singularidade das demandas requerem uma remissão mais acurada e totalizadora ao campo das contrarreformas do Estado, das ideologias do senso comum, dos direitos, das políticas públicas e de outras questões, como o racismo, os preconceitos, as discriminações e as violências de toda ordem. Aparentemente individuais e pontuais, os fenômenos em curso possuem dimensões conjunturais e estruturais, que podem ser tratados prospectiva e pedagogicamente na contrarrente da “pedagogia da hegemonia” das classes dominantes, que descarregam, na pandemia do coronavírus, todas as justificativas da crise social e econômica, presentificando o processo histórico real na pauperização pandêmica. (Mota, 2021, p. 60)

---

<sup>27</sup> Para aprofundamento da discussão do conceito de interseccionalidade, sugiro a leitura do artigo “a Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero” de Kimberle Crenshaw (S/D). Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> - acessado em 19/05/2021. Vale ressaltar que o amadurecimento desta discussão se deu em parceria com a colega Maiara Cagliari, quando elaboramos um Paper sobre a questão étnico-racial na questão social para disciplina de Questão Social, ministrada pela Profª Thaisa Closs, cursada em 2020/2.

Enquanto assistentes sociais, por que é importante reconhecermos e aprofundarmos o nosso conhecimento acerca das desigualdades estruturais, como o racismo? O motivo é que o racismo opera em diferentes âmbitos seja no âmbito pessoal das relações, seja no âmbito institucional, com raiz sócio-histórica no processo formativo da sociedade brasileira, aspecto que nos permite (re)conhecer a sua dimensão estrutural. Logo, compreender a estrutura da sociedade brasileira, a partir de sua história é o caminho para o desnudamento e o combate ao racismo e todas as suas formas de opressão.

Reflexões que se conectam com as análises de Carvalho e Yamamoto (2003, p. 125-140), sobre as bases de implementação do Serviço Social nas décadas de 1920 e 1940. Sinalizam que não podemos esquecer que este processo se estrutura contemplando as marcas e consequências do sistema escravocrata vigente outrora, sendo importante lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão em 1888. A primeira república data de 1889 a 1930, trazendo consigo o início da generalização do trabalho livre o qual marca a separação entre homens e meios de produção tem como desdobramento o aparecimento da “questão social”. Segundo Carvalho e Yamamoto (2003),

[...] diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente o seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas na quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formalização econômico-social brasileira. (Carvalho e Yamamoto, 2003, p. 125)

A lógica dialética expressa o pensamento em movimento no diálogo com a realidade, quando buscamos empreender uma análise que vise a articulação histórica da temporalidade e contradições. Nesse sentido, precisamos apreender os fatos históricos em suas múltiplas determinações que ora desencadeiam transformações, ora desencadeiam rupturas. O passado está no presente e os apontamentos apresentados buscam evidenciar que a questão étnico-racial compôs os processos que engendraram o passado os quais seguem com resultados e manifestações no hoje, conforme podemos observar nas reflexões de Gomes e Machado (S/N).

Nesse íterim há que se reconhecer as particularidades e impactos da formação sócio-histórica da realidade brasileira, cujas heranças da experiência colonial, alicerçadas no modo de produção escravista, impõe aos trabalhadores e trabalhadoras (agora libertos) o provimento de sua sobrevivência, sem proteção. Tais condições são basilares ao surgimento e manutenção do modo capitalista de produção, uma vez que na realidade brasileira “[...] o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser

desigual, heterogêneo e fragmentado' (Yazbek, 2018, p. 96). (Gomes; Machado, S/N, p. 186-187)

A inspiração que orienta o conjunto de análises e discussões apresentadas nesse trabalho de conclusão de curso se dá pela compreensão de que a dimensão sociopedagógica do Serviço Social pode extrapolar possibilidades interventivas que contribuam no desenvolvimento de estratégias coletivas que tenham origem em um trabalho social atento as singularidades das classes subalternizadas, visando a defesa e garantia dos seus direitos. Esses argumentos dialogam com as reflexões empreendidas, por Figueiredo (2019), quando salienta que a função pedagógica do Serviço Social nutre o conhecimento e linguagem do/a assistente social, ao propiciar comunicação/diálogo entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

[...] o Serviço Social, por meio de suas intervenções técnico-operativa e da função pedagógica alicerçada na dimensão teórico-metodológica e ético-política tem muito a contribuir para construção de uma cultura hegemônica dos/as trabalhadores/as com suporte técnico-político da comunicação pública. (Figueiredo, 2019, p. 162)

Figueiredo (2019, p. 162) destaca que a conexão entre comunicação pública e Serviço Social ampara-se na valorização dos direitos humanos e do protagonismo da população, através do exercício da cidadania, oportunizando diálogo profícuo entre as áreas de conhecimento na direção proposta pelo projeto ético-político do Serviço Social. Esse diálogo possibilita importante transversalidade e comunicação entre as políticas sociais, incidindo no fortalecimento da democracia.

Segundo Figueiredo (2019),

com singularidade e formas próprias a Comunicação Pública se fundamenta nos direitos humanos e atribui o protagonismo a população por meio do exercício da cidadania. Pode, portanto ser compreendida '[...] como um processo de comunicação que se instaura por meio de um atendimento público qualificado, mediado por agentes públicos, inseridos nas políticas sociais, no âmbito do Estado' (Figueiredo, 2017, p. 17). (Figueiredo, 2019, p. 165)

No entanto, Figueiredo (2019, p. 164-165) observa a importância da linguagem e comunicação na defesa do direito à informação, como forma de resistência e mobilização social. Assim, entende que "a Comunicação Pública é um recurso de trabalho que qualifica a linguagem, um instrumento de trabalho do assistente social pouco aprofundado pela categoria [...]." (Figueiredo, 2019, p. 165)

Acerca dos desafios, Figueiredo (2019) diz

[...] o que se percebe seja por meio da pesquisa realizada sobre a comunicação pública junto aos usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na participação em eventos da categoria no último período é que os assistentes sociais estão cada vez mais instigados a aprofundar sobre os processos comunicativos junto ao público atendido e buscam perceber os impactos e as possibilidades advindos das inovações tecnológicas junto a estes e no que tange a relação entre comunicação e cultura. (Figueiredo, 2019, p. 164)

Essas reflexões fundamentam-se no entendimento de percebermos que essa discussão alcança a relação da questão social e do acesso à informação, situando-se na relevância da socialização das informações no ensejo de contribuirmos nos valores democráticos, na desconstrução de visões calcadas no senso comum, conservadoras e culpabilizadoras dos sujeitos, como instrumento estratégico para transformação social. Assim, de acordo com Abreu e Cardoso (2009),

a função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. (Abreu; Cardoso, 2009, p. 01)

A partir desta discussão, podemos lembrar-nos de Abreu (2016), ao delimitar o perfil pedagógico da profissão, destacando suas nuances societárias e perspectivas sócio-históricas as quais favoreceram para que este perfil fosse definido a partir de dois eixos: a ajuda e a participação. Abreu (2016) refere que

esta análise, um primeiro momento, parte de um recorte empírico que contempla dois eixos: determinações sócio-históricas e teórico-políticas da institucionalização da profissão na sociedade capitalista, marcos em que se encontram as indicações básicas do princípio educativo ainda predominante na conformação da prática do/a assistente social na sociedade brasileira; e expressões dessa mesma prática, identificadas ao longo do desenvolvimento profissional até o final da década de 1980, no citado contexto. O final da década de 1980 revela-se um momento limítrofe na trajetória do Serviço Social no país, em relação às inflexões profissionais provocadas pelas transformações sociais objetivadas sob hegemonia da orientação neoliberal no enfrentamento da atual crise estrutural do capitalismo. (Abreu, 2016, p. 99-100)

Voltada à reforma moral e reintegração social dos sujeitos, tendo por base os valores capitalistas, Abreu e Cardoso (2009) explicam, dentre diferente elementos, que

a ajuda é o eixo que marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, nos Estados Unidos, na segunda década do século XX, mantendo-se até o momento atual. Surge na profissão como o conteúdo do Serviço Social de Caso, enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, que, na formulação de Mary Richmond (1950, 1977) refere-se a um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca. (Abreu; Cardoso, 2009, p. 05)

Baseados na análise empreendida por Abreu e Cardoso (2009, p. 01-05), podemos perceber que, historicamente, as práticas educativas subsidiam e particularizam as dimensões teórico-operativa e ético-política da profissão. Estas se vinculam num primeiro momento a necessidade de controle das classes dominantes sobre as classes subalternizadas “[...] quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho.” (Abreu; Cardoso, 2009, p. 01)

Buscando perceber os elementos centrais que permeiam as análises de Abreu e Cardoso (2009, p. 06-07) a respeito da participação, podemos notar o surgimento da contraposição a tendência do perfil da ajuda na categoria de assistentes social nas últimas três décadas, com início em meados de 1980, onde se linca e expressa o desenvolvimento profissional do Serviço Social no contexto brasileiro.

[...] cabe considerar o avanço dos processos participativos nos anos 1980, no contexto profissional, que se explicitou na construção do projeto ético-político-profissional alternativo do Serviço Social, com o redirecionamento do tratamento dado à participação, a partir da busca de maior aproximação aos chamados movimentos sociais populares e da própria mobilização e organização política da categoria dos assistentes sociais integrados ao processo organizativo dos trabalhadores. (Abreu, Cardoso, 2009, p. 07)

Segundo Abreu e Cardoso (2009), nesse sentido, as prática educativas identificadas no Serviço Social passam a vincular-se ao compromisso com a perspectiva societária das classes subalternas, no vislumbre da emancipação da classe trabalhadora, ao alicerçar-se e fortalecer-se em suas conquistas. Trazer estes elementos de análise subsidia e incide na forma como percebemos a questão social e sobre como esse entendimento se reflete no desenvolvimento e apreensão do trabalho dos/as assistentes sociais.

Cabe dizer, portanto, que a desigualdade social é um processo existente e específico das relações na sociedade capitalista. Contudo, apropria-se dos elementos que compuseram a estrutura do sistema escravocrata, que formalmente foi extinto pela lei Áurea, mas as suas repercussões permanecem em pleno vigor nas relações sociais. Os valores e sociabilidade capitalista favoreceram-se, e ainda se favorecem, desse processo para sua manutenção e perpetuação. Considerando as circunstâncias sócio-históricas, Yazbek (2009) aponta que a institucionalização do serviço social surge “na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social” no contexto do Governo Vargas e

iniciativas do Estado de regular as tensões interclasses através de “medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista” (2009, p.06).

Yazbek (2001, 2010), define a questão social como elemento central da relação entre a nossa profissão e a realidade. Neste sentido, aponta para a construção e afirmação de um projeto ético-político na direção de uma ordem não capitalista. Para isso, ressalta a importância da política como espaço de criação e geração de direitos. Além disso, a autora afirma a urgência de considerar as miudezas da profissão, do cotidiano, e a relação que estabelecemos com os sujeitos, tendo a compreensão totalizante da realidade. A autora ainda destaca a intervenção profissional inscrita em um terreno de disputas com vistas a construir mediações que articulem a vida social da população usuária com o mundo público de direitos e cidadania.

O movimento de olhar para história da nossa profissão demarca a importância do entendimento construído pela categoria sobre os pressupostos que fundamentam a ruptura com o conservadorismo e esta ação precisa ser lembrada e praticada cotidianamente desde o âmbito individual ao coletivo.

O atendimento relatado expressa diferentes camadas de exclusão que encontram raiz a desigualdade racial, fundante da estrutura social do Brasil, apropriada com maestria pelo sistema capitalista vigente. Almeida (2018) afirma que o racismo não é apenas um problema ético, um dado psicológico ou uma categoria judicial, como as teorias liberais afirmam, mas é um elemento constitutivo das relações sociais. Nesse sentido, o racismo estrutural pode ser traduzido como “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, [...] que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 32).

Yazbek (2010) explica a questão social a partir das categorias: pobreza, exclusão e subalternidade. Para Yazbek (2010), estes são indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições de desigualdade, como: gênero e etnia. A pobreza é a categoria relacionada à exploração de trabalho. A exclusão é marcada pela não participação, pelo não usufruir da riqueza socialmente produzida. E, por fim, a subalternidade que é a ausência do poder e protagonismo, expressando exploração e dominação.

Tocada pelo caso de Maria, pesquisei sobre a sua história no prontuário de sua família e percebi que tinha outros irmãos, com idades próximas e vivendo situações

semelhantes, já registradas no contexto de atendimento dos seus pais. O relacionamento desta família com o CRAS, com base nos registros, dava-se através da busca por alimento e foi nesse momento que apreendi, com profunda dor, parte da sua falta de perspectiva. Percebi que, provavelmente, Maria e sua família não conheceram outra realidade, porque não foram suficientemente protegidas pelas políticas públicas. Reflexões que dialogam com Almeida (2016), ao dizer que as famílias negras são

fruto de múltiplas formas de violência desde a escravidão, esses núcleos humanos sobreviveram (e sobrevivem) à própria sorte na diáspora africana enfrentando violações materiais e psicológicas cotidianas decorrentes do preconceito e discriminação racial e das condições de trabalho desfavoráveis à reprodução social com dignidade. (Almeida, 2016, p.02)

Precisamos ter clareza que as concepções sociais de família apresentam diferentes mediações

[...] costuradas pelas influências da cultura, da política, da economia, da legalidade, mas sobretudo, da afetividade. Esta pode ser pensada no sentido mais psicológico do termo, considerando experiências e vivências ligadas a emoções e sentimentos, mas também vinculada ao afetar-se na perspectiva antropológica da palavra, ao afirmar o lugar de relevância da experiência humana no processo de construção de conhecimento. (Marques, F. Dez/2023 - Carta às famílias)<sup>28</sup>

Constatação que corrobora com Almeida (2016, p.02), ao ressaltar que as famílias negras “[...] são invisíveis e invisibilizadas pela estrutura de poder da supremacia branca inerente ao Estado colonial, imperial e republicano que lhes atribuirão, historicamente, um estatuto de ‘famílias desestruturadas’ [...].” O que demonstra a importância de nos apropriarmos da discussão sobre os determinantes sociais desenvolvermos um atendimento mais atento a estas dimensões que compõem as experiências sociais dos sujeitos. Esta percepção dialoga com as verificações de Silva et al. (2022), quando explica o marco conceitual que fundamenta a sua análise acerca da (in)segurança alimentar da população na região nordeste do país.

De acordo com Silva et al. (2022) os

[...] determinantes múltiplos e intersetoriais estão distribuídos em três níveis: no nível macrosocioeconômico estão as políticas institucionais, internacionais e nacionais do campo econômico e social. No nível

---

<sup>28</sup> Trecho extraído da atividade do módulo III “carta redigida às famílias”, na disciplina de Família e Serviço Social, ministrada pela Professora Alzira Lewgoy e Professor Guilherme Gomes, no semestre 2023/2 a partir das aulas conduzidas pela Professora Alzira, acerca das transformações sociohistóricas da família ao longo do tempo, pelo Professor Guilherme que abordou Familismo e Família brasileira, considerando raça, classe e gênero e pela Mestranda em Política Social e Serviço Social da UFRGS Fernanda Escobar que dialogou sobre arranjos familiares contemporâneos.

regional/local, o acesso aos alimentos é condicionado pelo emprego, pelo preço dos alimentos, pela disponibilidade de serviços públicos, educação e saúde, além da existência do racismo e discriminação na sociedade. E no nível domiciliar, estão as características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos (raça, gênero, escolaridade e renda). (Silva et al., 2022, p. 02)

Portanto, o *além* mencionado acerca do caso de Maria perpassa diferentes políticas sociais, como a Política de Saúde, a Política de Educação e a Política de Previdência Social. O caso concreto nos permite compreender que o racismo se interseccionaliza com outras opressões estruturais, como o sexismo, o capacitismo e o classismo, reproduzindo experiências de vida que são únicas, mas que dialogam entre si, ao reconhecermos a dimensão estrutural do racismo. Segundo Almeida (2019) o racismo “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...].”(Almeida, 2019, p. 38)

Para a compreensão das lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, Yazbek (2010) ressalta a importância de os/as assistentes sociais terem essa capacidade. Pois, tendo essa compreensão, são capazes de intervir e elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico. Neste sentido, Yazbek (2010) destaca que, assim como é fundamental decifrar as lógicas do capital, é fundamental saber construir mediações para enfrentar essas questões. Enfrentar as sombras e construir resistência, é a provocação que Yazbek (2010) nos traz ao assinalar que

[...] embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de ‘contra-desmanche’ de uma ordem injusta e desigual. (Yazbek, 2010, p. 02).

Yazbek (2010) nos auxilia a compreender a questão social como disputa das classes sociais pela riqueza socialmente construída dentro da ordem capitalista, e nos desafia a enxergar nas políticas sociais iniciativas e possibilidades de construção de direitos para desmanchar esse sistema com tanta desigualdade, tendo o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses das classes subalternas. Esse exercício de análise da realidade buscou potencializar a atividade de acolhida coletiva, percebendo-a como espaço de construção de resistências, através do método dialético-crítico.

O/a assistente social precisa estar aberto para compreender essas relações e conexões, em diálogo com o método dialético-crítico que nos ensina e instiga ao

exercício para *além* das aparências. E ousou dizer que este exercício necessita ser envolvido pelo afeto, no sentido antropológico do termo. Ao evocar o método dialético-crítico, saliento a relevância do compromisso ético-político do/as assistentes sociais, conforme ressalta Almeida (2016):

o racismo nunca anda desacompanhado. A estrutura social brasileira e a lógica capitalista que a dinamiza, necessita de suas ideologias para combiná-lo com outras formas de opressão com vistas a dominar sujeitos sociais individual ou coletivamente. É urgente discutir o racismo e suas consequências para as famílias negras. Advogo esse posicionamento ético-político em razão da necessidade de adoção de uma interpretação da totalidade social interseccionando raça/etnia, gênero e classe social. (Almeida, 2016, p. 04)

O caso de Maria expressa alguns dos motivos que me provocaram a olhar a fome, durante a minha experiência de estágio no CRAS, em pleno momento pandêmico do Covid-19. Nesse sentido, a acolhida coletiva nasceu do ensejo de se ter uma intervenção atenta e implicada a colaboração em estratégias coletivas que visassem a contribuição no enfrentamento das desigualdades sociais no cotidiano do CRAS.

Ao analisar esta temática, verifiquei que a fome é um tema recorrente nas políticas sociais e Couto e Reis (2005), no texto “Fome? De quê?”, tecem uma abordagem que ressalta a centralidade da relação histórica de como “[...] as política sociais brasileiras tem incorporado o tratamento do problema da fome” e sublinham a relação entre a Assistência Social e o trabalho, pontuando o “velho no novo dilema”. (Couto; Reis, 2005, p. 665)

Tradicionalmente, o debate sobre a assistência social tem sido referido como contraponto ao trabalho, o qual, mesmo em condições adversas, tem sido considerado campo do reconhecimento social em contraponto com a política social e o benefício assistencial que materializa uma relação de indignidade, de um suporte transitório que deve ser logo superado. (COUTO; REIS, 2015, p. 668)

Contudo, Gomes e Machado (S/N) sobreavizam:

para que essas políticas públicas sejam efetivas é imprescindível a gestão e financiamento do Estado para execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e participação da sociedade civil organizada por meio do controle social democrático. Para a garantia dessas políticas é fundamental condições financeiras, materiais, de infraestrutura e equipes de trabalho qualificadas para atender as demandas e necessidades da população, de forma contínua e planejada, o que pressupõe a destinação adequada do fundo público para esta finalidade. (Gomes; Machado, S/N, 189)

A vivência do estágio curricular possibilitou-me perceber, no cotidiano, que a política de assistência social, quando concebida a partir da perspectiva ampliada, oferece-nos instrumentos para empreendermos uma visão integral dos sujeitos e suas

redes. A quarta diretriz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) expressa “a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programação e projetos” em sua organização, com base na Constituição Federal de 1988 e na LOAS. (Brasil, 2004, p. 26-27)

É importante dizer que a política de assistência social considera a família como o primeiro núcleo de apoio dos sujeitos. Analisá-la, permite-nos o estudo da realidade, a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo e/ou domicílio. Tanto a política de assistência social, quanto a categoria família, quando articuladas com outras políticas sociais e/ou públicas potencializam o desenvolvimento humano e social, reduzindo as chances da influência de uma visão tuteladora e/ou assistencialista.

No decorrer da experiência do estágio curricular, notei que a política de assistência social apresenta um diferencial, em relação as política sociais, ao reconhecer a importância da família no contexto da vida social. Esta política busca compreender

a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (Brasil, 2004, p. 34-35)

As análises apresentadas, desde questionamentos a reflexões, nascem da motivação de contribuir para que o debate da questão étnico-racial continue sendo aprofundado no campo de conhecimento do Serviço Social, florescendo em possibilidades interventivas e incorporado as dimensões essenciais da profissão. Considero pertinente sublinhar que, nas pesquisas realizadas para o presente trabalho, não foi identificado o debate articulado entre a dimensão (socio)pedagógica do Serviço Social e opressões como racismo, machismo, capacitismo e etc. Este trabalho, portanto, enseja contribuir no florescimento e aprofundamento desse debate, na área de conhecimento do Serviço Social, ressaltando a importância do nosso posicionamento ético-político, conforme direção defendida pelo Projeto Ético-Político da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Lutar contra a pobreza não é um assunto de caridade, mas de justiça”.*<sup>29</sup>  
Nelson Mandela, 2005

### *Perspectivas em encontro*<sup>30</sup>

A ideia de Justiça que a citação referida visiona tem como horizonte a construção de relações alicerçadas em valores radicalmente diversos das opressões várias, as quais atravessam a interseccionalidade entre raça/etnia, gênero e classe, por exemplo, específicas da sociedade capitalista. A vivência de Mandela buscou ser porta-voz de uma possibilidade de existência fundamentada em valores que visem uma justiça que liberta, une, potencializa e agrega vozes e corpos que cotidianamente sofrem e são silenciados pela indiferença, sentimento de fracasso e desesperança, muito presentes na realidade capitalista.

A justiça vigente, nesta ordem, naturaliza a divisão por classes e os abismos sociais, trazendo como alternativa a pobreza, a distribuição de riquezas e não os meios de produção, o que tornaria a riqueza comum, coletivizando possibilidades de existência. O individualismo presente, ao contrário, desumaniza as relações sociais e obscurece a relação do ser e do outro. O individualismo exacerbado do ontem, reatualiza-se no hoje sob o argumento aparente de não haver contradição entre acumulação de riqueza e coesão social.

Podemos nos questionar sobre a relevância de pensarmos a relação do ser e do outro? Onde podemos chegar? Há um caminho de análise que tem como ponto de partida o pensamento dialético de Platão, o qual percebe na relação entre o ser e o outro, a existência da contradição. Esta nos revela que o ser só pode existir na relação com o

---

<sup>29</sup> Discurso de Nelson Mandela na Praça Mary Fitzgerald de Johannesburgo, em 2 de julho de 2005, num ato contra a pobreza. Disponível em: <https://exame.com/mundo/10-frases-marcantes-de-nelson-mandela-um-dos-maiores-lideres-da-historia/> - Acessado em 28/10/21.

<sup>30</sup> Reflexões subsidiadas pelas anotações realizadas durante as aulas da Disciplina Fundamentos da Dialética e da Filosofia, ministrada pela Profa Alzira Lewgoy e Fernando Dillenburg em 2019/1.

outro, significando que o ser tem o não-ser em seu interior, manifestando o aspecto contraditório da relação.

A ciência contraditória afirma que o ser é o outro ao mesmo tempo e esta região contraditória consiste ser a origem da transformação, abrigando uma negatividade interna. Esta ciência nos convida a atravessar as fronteiras formais que naturalizam a sociedade de classes instigando-nos a superação. Como? Um exemplo é a direção trilhada por Mandela que indica a problematização da pobreza, mas que pode ser ampliada para o conjunto de desigualdades, como um caminho potente para pensar os mecanismos que desenvolvem a sociedade capitalista, denunciando que vivemos numa ordem societária assentada na exploração de poucos sobre muitos.

Iamamoto (2001, p.10) provoca-nos a pensar em alternativas para o enfrentamento desta realidade, ao destacar a pertinência da construção do debate coletivo preocupado com a compreensão e identificação de estratégias e enfrentamentos que visem à defesa dos direitos humanos e direitos sociais, desafio este que se coloca para todos e todas nós. É central questionarmo-nos sobre a perspectiva que esta compreensão se orientará para ter condições de reconhecer e sobrelevar-se as aparências, situando-se em uma arena de disputas entre projetos societários, atravessados por distintos interesses de classes. Reflexão que se dá em convergência no diálogo potente com pensamento de Nelson Mandela, aqui explorado, com intuito de iluminar as resistências, pois se constituem como espaço de *perspectivas em encontro...*

Este trabalho buscou ser um espaço de encontro, ao apresentar reflexões, análises e construções intelectuais que compuseram a minha trajetória acadêmica, ao longo do curso de Serviço Social na UFRGS, procurando ressaltar o quão importante foram as experiências do estágio curricular, em conexão com o debate teórico da questão étnico-racial. Esta experiência foi tão especial que desaguou no presente trabalho de conclusão não falando apenas de mim, mas de todas e todos que vieram, passaram e chegarão depois de mim, revelando-se um prisma.

Sob a perspectiva de prisma, esta experiência foi olhada, sentida e inspirada nas trocas e construções no processo de orientação, a partir da realidade, tendo comprometimento com o Projeto Ético-Político da profissão. Enquanto espaço que agrega diferentes perspectivas, desejamos que este trabalho possa convidar a reflexão e instigar movimentos críticos e potentes que floresçam na área de conhecimento do Serviço Social.

Pensar em alternativas de superação ao racismo não compete apenas a uma categoria profissional ou setor social, pois esse engajamento trata-se da construção de uma nova sociedade onde todos e todas se comprometem nessa luta. No entanto, no serviço social essa demanda mostra-se essencial e urgente, pois o trabalho e a formação dos assistentes sociais se dá justamente na concreticidade da realidade. Desse modo, eliminar o racismo é um processo que envolve diferentes sujeitos e instituições e não depende apenas de uma pessoa, mas para que se tenha uma prática qualificada visando a liberdade é preciso que o assistente social, enquanto profissional se engaje na luta antirracista.

O meu ensejo, neste trabalho, foi incentivar a produção de estratégias, através da acolhida coletiva e debate do acesso à informação, como caminho de efetivação da garantia dos direitos sociais, sem deixar de pontuar a importância do reconhecimento da Política de Assistência Social, enquanto política pública. Penso que o CRAS, a partir desta atividade, pôde potencializar o seu relacionamento com a comunidade enquanto espaço comunitário e da comunidade, comprometido e alinhado com a concepção crítica da realidade.

Esta experiência me proporcionou muitos aprendizados e crescimento acadêmico-profissional, pois possibilitou o exercício das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no processo de intervenção, com amparo das supervisões, equipe técnica do serviço, demais trabalhadoras do CRAS e colegas de estágio.

Considero importante destacar que as supervisões de campo e as reuniões técnicas foram momentos essenciais e instigantes para o desenvolvimento e avaliação do projeto de intervenção, ao oportunizar a qualificação do mesmo de modo mais consistente e coletivo. Nesses momentos, foi possível apreender a dimensão concreta do processo, com base na perspectiva de unidade entre a teoria e a prática. As trocas de experiências, os esforços no aprofundamento teórico, com base a luz da concepção dialético-crítica, além das práticas coletivas resultaram em impactos positivos no cotidiano de atendimento no serviço, no fortalecimento do relacionamento da equipe técnica e promoção de uma relação mais orgânica entre o serviço e a comunidade.

Participar da construção, implementação e desenvolvimento da atividade de acolhida grupal representou a oportunidade de contribuir no processo de resignificação do relacionamento e vínculo dos/as usuários/as com o serviço, desenvolvendo um

trabalho de valorização e fortalecimento da Política de Assistência Social. Procuramos ressaltar a importância dos sujeitos refletirem sobre os seus direitos e sentirem-se implicados na defesa e garantia dos mesmos, com vistas a expansão de um movimento coletivo e democrático a favor do acesso à informação, direito constitucional assegurado pela Constituição Democrática.

Por conseguinte, olhar para este processo de maneira madura, cuidadosa, mais leve e consciente tem base e contribuições no diálogo com a supervisão acadêmica recebida. Esta potencializou a experiência do estágio curricular ao proporcionar acolhimento, escuta, incentivo, trocas de conhecimento e segurança para viver esta experiência. Movimento que esteve presente na supervisão de campo que abriu as portas do serviço, recebendo-me e permitindo que eu vivesse este momento enquanto processo e resultado de sonhos, conquistas e desafios que abarcaram diferentes áreas da vida e me amadureceu, trazendo concretizações sem precedentes a minha história.

Enquanto futura assistente social, considero fundamental que compreendamos a estrutura da sociedade brasileira, a partir de sua história, sendo caminho para o desnudamento e o combate ao racismo e todas as formas de opressão. Estamos diante de um problema nevrálgico da sociedade brasileira e precisa ser olhado com implicação e engajamento. Precisamos percebê-lo não como um “problema” da população negra, mas associá-lo às desigualdades raciais que necessitam ser percebidas, a partir de uma crítica radical que se questiona sobre o lugar de privilégio dentro de uma estrutura social que circula entre o aspecto estruturante e estruturado da sua organização, na relação com diferentes opressões como gênero e classe.

Sob este prisma, propus o debate sobre a dimensão sociopedagógica do Serviço Social compreendendo a potência do diálogo entre a pedagogia da emancipação concebida por Paulo Freire e a dimensão pedagógica da nossa profissão para contribuir no processo de construção de uma realidade radicalmente diferente da ordem capitalista, florescendo entre nós relações de respeito às diferenças, dignidade, humanidade, senso de comunidade e diferentes *perspectivas em encontro nessa direção...*

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão. 10ª edição ver. e atual. – [Brasília] : Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica NOB-SUAS/2005. Resolução n. 130, de 15 de junho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 25 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: V.1. Versão Oficial. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: V.2. Versão Oficial. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília Setembro 2004, 59p. Disponível em: [https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/4344607/mod\\_resource/content/2/PNAS2004.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/4344607/mod_resource/content/2/PNAS2004.pdf) - acessado em 13/08/2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Cartilha “SUAS sem Racismo”: promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social. 2018, 20p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/Cartilha\\_SUAS\\_Sem\\_Racismo.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Cartilha_SUAS_Sem_Racismo.pdf) - acessado em 10/10/2023.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. IPEA. Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – 4ª Ed. 2011. 42p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> - Acessado em 27/02/2024.

ALMEIDA, M. “FAMÍLIA NEGRA: ‘filha de estranho’ na sociedade brasileira”, *paper* apresentado na Mesa Redonda Trabalho e Famílias: configurações e tensões em contexto de desigualdades – XV ENPESS, Ribeirão Preto, 2016.

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf> - acessado em 17/02/2024.

ABREU, M. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 5ª Ed. – São Paulo: Corte, 2016, 287p.

BARROCO, M. L. Os Fundamentos éticos do Serviço Social. IN Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: Cortez, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>- acessado em 07/02/2022.

BARROCO, M. Introdução. In: Código de Ética do(a) assistente social comentado. Orgs. BARROCO, M.. TERRA, Sylvia. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social - São Paulo: Cortez, 2012, p. 31-37.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In.: NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.) Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Sumário. Jul. 2006.

BENTO, M. A. “Branqueamento e Branquitude no Brasil” In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acessado em 02 de dezembro de 2019.

BRANDÃO, C. R; FAGUNDES, M. C. V. Cultura Popular e Educação Popular: expressões da proposta freireiana para um sistema educacional. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/?format=pdf> – Acessado em 12/02/2024.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2003. p. 125-140.

CLOSS, T. T. Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2015. 253 f. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7533/3/474062%20Texto%20Completo.pdf> – acessado em 19/02/2024.

CLOSS, T; SCHERER, G. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.17, n.2, p. 41-60, ago. a dez. / 2017.

COUTO, B. Assistência social: direito social ou benesse? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.045> - acessado em 15/03/2022.

COUTO, B. REIS, N. “FOME? DE QUÊ?” IN.: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. 10p. Disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Berenice\\_Rojas\\_Carlos\\_Nelson.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Berenice_Rojas_Carlos_Nelson.pdf) - acessado em 15/01/2023.

COUTO, B; MARTINELLI, T. O Serviço Social e O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional. Argumentum, Vitória, v. 1, n. 1, p. 92-105, jul./dez. 2009. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15/17> - acessado em 02/10/2021.

EIRAS, Alexandra. A intervenção do Serviço Social no CRAS. In: GUERRA, I. A Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos. ed: UFJF. 2012. p. 127-152

FIGUEIREDO, E. O efeito da covid-19 sobre os indicadores de pobreza brasileiros e as políticas de mitigação: uma discussão inicial. In: Nota Técnica da Presidência – IPEA. Brasília, junho/2022. 13p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11228/1/n\\_07\\_O\\_Efeito\\_da\\_Covid\\_19.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11228/1/n_07_O_Efeito_da_Covid_19.pdf) - Acessado em 23/08/2022.

FIGUEIREDO, K. A. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. Temporalis, 18 (36), 2019, 162-177.

FREIRE, P. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho D'água. 1997. 84p. Disponível em

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf> – acessado em 05/03/2023.

GOMES, Â. Q; MACHADO, L. M. O. Desafios da participação popular em tempos de pandemia: o Estado frente às políticas de seguridade social. In: GUILHERME, Rosilaine Coradini; BERWIG, Solange Emilene; FERREIRA, José Wesley (Orgs.). Políticas Sociais e Trabalho: debates contemporâneos. 201p. (S/N). Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248240/1/Politicassociais-e-trabalho.pdf> - acessado em 26/07/2023.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social In: Serviço Social e Sociedade nº62, ano XX, março, 2000 – Disponível em <http://www.uel.br/cesas/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf> – acessado em 15/03/2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001. p. 09-32.

IAMAMOTO, M. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-relacoes-sociais-e-servico-social/view> - acessado em 02/11/2021.

\_\_\_\_\_; Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. Libertas, Juiz de Fora, v. 18 n. 2, 2018.

JACINTO, A. G. Trabalho Socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. R. Katál, Florianópolis, V. 20, nº 1, p. 84-92, jan./abr. 2017.

KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEWGOY, A. M. B. SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india) - acessado em 09/08/2023.

MARTINELLI, M. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. In Serviço Social e Sociedade, n. 43, dez/1993.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Revista Emancipação, 6, (nº 1). (2006). Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237488661\\_emancipacao\\_REFLEXOES\\_SOBRE\\_O\\_SERVICO\\_SOCIAL\\_E\\_O\\_PROJETO\\_ETICO-POLITICO\\_PROFISSIONAL](https://www.researchgate.net/publication/237488661_emancipacao_REFLEXOES_SOBRE_O_SERVICO_SOCIAL_E_O_PROJETO_ETICO-POLITICO_PROFISSIONAL) - acessado em 03/03/2024.

MARTINELLI, T. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as entidades privadas sem fins lucrativos: a primazia público estatal colocada em xeque / Tiago Martinelli. - 2011. 168p. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/486/1/430082.pdf> - acessado em março/2024.

MASSON, G. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105- 114, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/428> - acessado em 18/02/24.

MOTA, A. E.. Série CFESS: Diálogos do cotidiano profissional, com Bete Mota (UFPE). Live realizada via YouTube em 14/07/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MES8TDMpEj8> - Acessado em 25/11/2023.

MOTA, A. E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro. In: Diálogos do cotidiano – Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno 1, Brasília, CFESS, 2021, p.49-65. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf> - - Acessado em 25/11/2023.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. (2017). 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serviço Social & Sociedade, (128), 143–163. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/#> - Acessado em 17/02/2024.

PRATES, J. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de Inspiração Marxiana. Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, nº2,2003. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/948> - acessado em 12/03/2023.

PRATES, J. AGUINSKY, B. Entre Desigualdades e Resistências. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 194 - 199, ago./dez. 2010. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8005/2/Entre\\_desigualdades\\_e\\_resistencia\\_Editorial\\_da\\_Revistas\\_Textos\\_e\\_Contextos\\_Vol\\_1.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8005/2/Entre_desigualdades_e_resistencia_Editorial_da_Revistas_Textos_e_Contextos_Vol_1.pdf) - Acessado em 06/03/2024.

REIDEL, T. O projeto ético-político e suas implicações no trabalho e na formação profissional. In: Supervisão em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. Orgs. Alzira Maria Baptista Lewgoy, Sergio Antonio Carlos. Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2014, p. 25-40.

RODRIGUES, M; HOLANDA. M. Serviço Social e Educação em Saúde: caminhos para uma compreensão ampliada de saúde. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 34-54, jan.-abr. 2022.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicol. Soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.83-94. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7637137/mod\\_resource/content/1/%2825%29%20SCHUCMAN%2C%20Lia%20Vainer.%20Sim%2C%20n%C3%B3s%20somos%20racistas\\_%20estudo%20psicossocial%20da%20branquitude%20paulistana..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7637137/mod_resource/content/1/%2825%29%20SCHUCMAN%2C%20Lia%20Vainer.%20Sim%2C%20n%C3%B3s%20somos%20racistas_%20estudo%20psicossocial%20da%20branquitude%20paulistana..pdf) . Acessado em 25/02/2024.

SILVA, S. O et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. In: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade.

Cadernos de Saúde Pública 2022, 14p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNOz5GH9NmxjZpFm3zC3r/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20nos%20domic%C3%ADlios.do%20racismo%20e%20do%20sexismo>. – acessado em 01/03/2024.

SOARES, J. FERNANDES, R. A Emergência do Direito à Informação. In: Educação no/do trabalho no âmbito das Políticas Sociais. Org. Rosa Maria Castilhos Fernandes. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019, p. 77 – 86

SOUSA, C. T. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> - acessado em 15/08/2021

SOUZA, A. Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas de mediação no cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS em Campinas - SP. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/23737> - Acessado em 14/02/2024.

TOLENTINO, E; BASTOS, V. População em situação de rua: crise do capital e desmonte das políticas públicas. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. p. 301 – 331.

VARGAS, T. M. Serviço Social e Educação Popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios/Tatiane Moreira de Vargas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. – Porto Alegre, 2014. 237 p. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5931> - acessado em 17/02/2024.

VELHO, A. J. Z. Acolhida Social Coletiva: garantia de Proteção Social no CRAS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, 2018, 130p.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 125-141. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf> - acessado em 24/02/2024.

YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. *Revista Katálysis*, Florianópolis v. 13 n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200001/15095>- acessado em 31/08/2023.

YAZBEK. M. C. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Conselho Federal de Serviço Social. 2009